

PESSOAS e LUGARES

Jornal de Animação da Rede Portuguesa Leader +

Directora: Cristina Cavaco

www.leader.pt

II Série | Nº 39 - 2006



Barrancos / João Limão

Em Destaque

Desertificação e desenvolvimento rural



Rota do Guadiana
**Margem Esquerda
do Guadiana**

P 4 e 5 Entrevista a Victor Louro

P 12 Fim-de-semana na Margem Esquerda do Guadiana

P 13 5ª Convenção Europeia de Montanha

P 18 Pessoas: Geraldine Zwanikken

Desenvolvimento rural e o combate à desertificação

A desertificação, processo complexo de degradação ambiental dos territórios (solo, água, biodiversidade e paisagem) nas zonas áridas, semi-áridas e sub-húmidas resulta de vários factores, centrados nas variações climáticas e nas actividades humanas, conforme se define na Convenção de Combate à Desertificação da Organização das Nações Unidas (ONU).

Na Europa, quase dois terços dos solos são moderada ou severamente afectados por este problema, sendo esta dimensão mais relevante nos países do sul da Europa, onde a ocorrência das chuvas é mais variável, as secas mais prolongadas, os solos mais pobres e vulneráveis e a erosão mais acentuada.

A destruição do coberto florestal pelos incêndios, o mau uso da água, do solo arável e o processo de desenvolvimento localizado sobretudo nas zonas litorais tem vindo a agravar o processo de desertificação. Estes sinais, cada vez mais visíveis em Portugal, onde cerca de um terço do território continental português e quase todo o Alentejo está sujeito ao processo de desertificação, justificam a implementação do Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação (PANCD – RCM 69/99, de 17 de Junho). Este Programa define como objectivos centrais a luta contra a desertificação, nas políticas gerais e sectoriais, a conservação do solo e da água, a fixação da população activa nos meios rurais e a importância da sensibilização das populações para esta problemática. Foi com este objectivo constituída a Comissão Nacional de Combate à Desertificação, cujo presidente, o engenheiro Vítor Louro, acedeu amavelmente à realização de uma entrevista sobre este assunto, que temos o prazer de publicar nesta edição.

Na identificação das razões que estão na origem do processo de desertificação, a acção do homem surge a par e passo com as condições naturais e biológicas, o que significa que, para além dos factores climáticos, o homem é um dos principais determinantes e tem responsabilidades acrescidas no agravamento destes processos. Efectivamente, há uma forte relação entre desertificação, a agricultura e o desenvolvimento rural, na medida em que a acção e a vontade humana são muitas vezes determinantes, quer através da aceitação e respeito pela diversidade biológica e uso sustentável dos recursos naturais, quer no ignorar sistemático destas realidades.

A declaração pela Assembleia-Geral das Nações Unidas do ano de 2006 como Ano Internacional dos Desertos e Desertificação dá voz às novas orientações para combater o processo de desertificação. Só um trabalho localizado nos territórios, em cooperação com as entidades e agentes locais, numa perspectiva ascendente e inovadora, poderá dar um contributo que inverta estas tendências.

O programa LEADER nos seus 16 anos de trabalho, através das Associações de Desenvolvimento Local (ADL) e Grupos de Acção Local (GAL), tem assumido este desafio.

Nesta edição, incluem-se exemplos vivos da sua actividade em prol desta problemática e evidenciam-se alguns dos seus resultados. A Rota do Guadiana, GAL LEADER+ em destaque nesta edição do *Jornal Pessoas e Lugares*, é um exemplo de sucesso nesta matéria já que a sua intervenção, não ignorando a dimensão local e participativa, evidencia resultados bastante satisfatórios em prol desta causa.

Estancar e inverter estas tendências, não é um processo fácil, quando o pendor das economias quase força a percorrer esses caminhos. Exige informação e formação, confiança em quem veicula estas mensagens e alertas, parceria na acção, trabalho nos territórios com as pessoas, competências acrescidas e políticas continuadas.

Os GAL, em Portugal, e em todos os países da União Europeia, estão conscientes e podem continuar a dar um contributo acrescido nesta problemática que aflige o público em geral e os homens da ciência em particular.

A luta contra a desertificação só pode ser ganha se forem mobilizadas as comunidades e envolvidas todas as organizações neste desafio da nossa geração. É de uma articulação e aproximação integrada e ascendente entre as organizações intergovernamentais e não governamentais, estabelecendo e fortalecendo redes e laços de cooperação, adoptando, cada vez mais, a luta contra a desertificação, uma postura de prevenção em vez de remediar os seus efeitos, que os objectivos da declaração da Assembleia-Geral das Nações Unidas, serão atingidos.

As raízes rurais da nossa civilização, a sustentabilidade do uso dos recursos naturais, a qualidade ambiental e paisagística dos territórios que nos envolvem e onde vivemos, exigem de todos nós esta “pequena preocupação”.

Os “activos” tão valiosos quanto possível, que queremos transmitir por herança aos nossos vindouros, só terão hipóteses de crescimento se incorporarem estes valores.

José António Canha
Gestor do Programa LEADER+
e Presidente do IDRHa



Pedido de envio do *Jornal Pessoas e Lugares*

Nome:

Organização:

Função:

Morada:

Código postal:

Telefone: Fax:

E-mail:

Comentários:

Recorte ou fotocopie, e envie para: IDRHa, Rede Portuguesa LEADER+ Av. Defensores de Chaves, n.º 6 - 1049-063 Lisboa

O *Pessoas e Lugares* - Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+ tem por objectivos:

- divulgar e promover o LEADER+;
- reforçar uma imagem positiva do mundo rural.

O *Pessoas e Lugares* tem uma periodicidade mensal e a sua distribuição é gratuita.

Se pretender receber o jornal *Pessoas e Lugares* preencha, por favor, o formulário anexo (recorte ou fotocopie) e envie para:

IDRHa
Rede Portuguesa LEADER+
Av. Defensores de Chaves, n.º 6
1049-063 Lisboa
Telf.: 21 3184419
Fax: 21 3577380

Ou aceda ao site da Rede Portuguesa LEADER+ www.leader.pt e preencha, por favor, *on line* o formulário disponível no *link* **Pessoas e Lugares**.

No caso de desejar receber mais do que um exemplar de determinado número do jornal *Pessoas e Lugares*, para distribuir num evento, por exemplo, pedimos o favor de fazer chegar essa informação ao IDRHa com a devida antecedência. Obrigado.

Desertificação: uma ameaça, mas não uma fatalidade

“A desertificação afecta um terço da superfície da Terra e mais de mil milhões de pessoas. Tem, entre outras, consequências a insegurança alimentar, a fome e a pobreza. Gera tensões sociais, económicas e políticas que, por sua vez, podem gerar conflitos, agravam a pobreza e acentuam a degradação dos solos, um círculo vicioso que é preciso quebrar.”

A desertificação não é um flagelo moderno, mas é incontestável que se tem agravado, pelo que se tornou uma ameaça séria. E se a desertificação não é definitiva nem inevitável, exige a aplicação urgente de estratégias bem concebidas e concertadas. Nesse contexto, importa dar conta da atenção que a questão tem merecido da Organização das Nações Unidas (ONU), referindo alguns dos principais marcos no caminho em direcção ao desenvolvimento sustentável.

Em 1977, como consequência da grave crise provocada por cinco anos de seca no Sahel (Sul do deserto do Sara), reuniram-se em Nairobi (Quênia), na Conferência da ONU sobre Desertificação, representantes de 94 países. Aí foi adoptado um Plano de Acção de Combate à Desertificação que reconheceu a necessidade de acção imediata, não só para deter o processo da desertificação mas também para educar as pessoas, ensinando-as a reduzir os danos causados pelas actividades económicas e sociais. O Plano assentava no princípio de que todas as medidas deveriam visar primordialmente o bem-estar e o desenvolvimento das pessoas afectadas pelo processo ou vulneráveis ao mesmo, pelo que as acções deveriam estar em harmonia com os programas de desenvolvimento e inserir-se neles. Reconhecendo a necessidade de medidas urgentes, o plano declarava-se, porém, contra o adiamento de programas a longo prazo.

Apesar de alguns êxitos na aplicação do Plano de Acção, em 1991, o Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA) reconhecia que o problema da degradação dos solos nas terras áridas, semi-áridas e sub-húmidas se intensificara. Este reconhecimento foi um dos factores que levou à realização, em 1992, da Conferência sobre Ambiente e Desenvolvimento, que apoiou uma visão nova e integrada do problema. A Cimeira da Terra adoptou três acordos cruciais: a denominada Agenda 21, que visava promover o desenvolvimento sustentável, a Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento e uma Declaração sobre princípios relativos às florestas. Para além de abordar a questão do combate à desertificação e à seca, a Cimeira apelou a que a Assembleia-Geral criasse um Comité Intergovernamental encarregado de elaborar uma Convenção de Combate à Desertificação, que entraria em vigor em 1996. A Cimeira da Terra permitiu a criação da Comissão de Desenvolvimento Sustentável, que discutiu a questão da desertificação e da seca em várias sessões anuais; a entrada em vigor de outros tratados então abertos à assinatura: a Convenção Quadro sobre Alterações Climáticas (1994), o Protocolo de Quioto (2005) e a Convenção sobre Diversidade Biológica (1993).

Em Setembro de 2000, 147 líderes mundiais, reunidos em Cimeira, aprovaram a Declaração do Milénio, que viria a ser a base da formulação dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. A realização do sétimo objectivo – garantir a sustentabilidade ambiental – pressupõe a integração dos princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e a inversão da tendência para a perda de recursos ambientais. Em 2002, teve lugar em Joanesburgo a Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável. Dela saiu a Declaração de Joanesburgo, que reafirma o compromisso em relação aos princípios do Rio e à Agenda 21 e reconhece que o ambiente continua a sofrer com o avanço da desertificação, entre outros fenómenos. Nela foi também aprovado o Plano de Aplicação, que obriga os participantes a tomarem medidas concretas, a todos os níveis, sobre uma ampla gama de questões ambientais e de desenvolvimento.



Barrancos / João Limão

Na Cimeira Mundial sobre a Sociedade de Informação de 2005, os 191 Estados-membros da ONU adoptaram um Documento Final, em que afirmam “apoiar e reforçar a Convenção de Combate à Desertificação e a mobilização de recursos financeiros suficientes e previsíveis, bem como a transferência de tecnologias e reforço das capacidades a todos os níveis”. Não seria justo concluir sem mencionar o PNUA. Pelo papel crucial desempenhado na criação da Convenção de Combate à Desertificação, pela colaboração com outras entidades e também pela compilação de experiências bem sucedidas na luta contra a desertificação.

A desertificação afecta um terço da superfície da Terra e mais de mil milhões de pessoas. Tem, entre outras, consequências a insegurança alimentar, a fome e a pobreza. Gera tensões sociais, económicas e políticas que, por sua vez, podem gerar conflitos, agravam a pobreza e acentuam a degradação dos solos, um círculo vicioso que é preciso quebrar. Daí a importância da investigação e da prevenção. Uma prevenção que implica políticas concretas, mas também exige mudança de mentalidades.

A acção começa pelos Governos, pois é sobre eles que recai a principal responsabilidade, mas os grupos de cidadãos têm um papel decisivo a desempenhar. Kofi Annan disse, num artigo: “para tudo há um tempo. O mundo de hoje precisa de iniciar um tempo em que se mude e gira bem o planeta”. Sobre a desertificação, é preciso fazer mais, melhor e mais rapidamente, numa perspectiva de longo prazo. Para que não se assemelhe ao poema de Boris Vian “A vida é como um dente”: não lhe prestamos atenção e, um dia, apercebemo-nos de que é demasiado tarde.

Ana Mafalda Tello

Responsável pela Comunicação Portugal,
Centro Regional de Informação da ONU para a Europa Ocidental

“O essencial são as pessoas”

Engenheiro Silvicultor, na Direcção-Geral dos Recursos Florestais, Victor Louro é o presidente da Comissão Nacional de Coordenação do Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação. Apologista de uma acção participada e concertada, valoriza estratégias locais, como a das Furnazinhas, em Alcoutim, e projectos científicos, como o Desertwatch.

Segundo a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, “Desertificação” é a degradação da terra nas zonas áridas, semi-áridas e sub-húmidas secas, resultante de vários factores, incluindo as variações climáticas e as actividades humanas”, (art. 1º, al. a), entendendo-se por terra o sistema bio-produtivo terrestre que compreende o solo, a vegetação, outros componentes da biota e os processos ecológicos e hidrológico que se desenvolvem dentro do sistema. (art. 1º, al. e). É uma definição que reúne as várias perspectivas da desertificação?

É uma definição complexa porque fala em degradação da terra, zonas áridas, semi-áridas e sub-húmidas secas, causas naturais e humanas. E a degradação da terra está, sem dúvida, intimamente associada à degradação do solo e é, porventura, aquilo que mais preocupa a nível mundial. Mas logo aqui assentam perspectivas muito diferentes. Os anglo-saxónicos falam em *land* no sentido de terra mas também de território. Isto é, não apenas o solo mas também os recursos vivos e hídricos associados ao solo. E na generalidade dos países é, de facto, a degradação do solo que está em causa. Em Portugal não. Nós temos um grande problema de degradação da terra sem ser na vertente específica do solo. Os problemas da degradação do solo, da erosão e da salinização existem evidentemente, mas não são aquilo que mais preocupa as pessoas.

No nosso país, a expressão “desertificação humana” tem sido utilizada como sinónimo de despovoamento, confundindo-se com o termo “desertificação” no sentido da Convenção.

Se a generalidade da população entende a desertificação muito mais no sentido da desertificação humana ou despovoamento, do que na degradação do solo, não é legítimo centrarmo-nos na questão da degradação do solo, porque isso seria excluir um conjunto de preocupações que fazem, de facto, da desertificação um grande problema. Considero que estamos num domínio muito académico, fazendo uso de conceitos que a generalidade das pessoas não entende e que não nos ajuda a andar para a frente. Há alguma diferença entre desertificação humana e despovoamento, ou não é tudo a rarefacção da ocupação humana? Temos de atacar o problema independentemente dos nomes que lhes são dados.

Porque se pode falar de desertificação em Portugal?

Desertificação, no sentido de degradação da terra, temo-la em boa parte do Interior e também no Litoral, onde há uma forte degradação dos solos por impermeabilização e poluição, embora fora das condições climáticas da desertificação, como a Convenção estabelece. No Interior não se pode falar só da degradação do solo mas da degradação da terra; isto é, o solo, a água e as gentes que lá vivem. E aí confundem-se conceitos como desertificação humana, despovoamento, erosão dos solos, degradação da terra... Não vale a pena discutir onde é começa uma coisa e acaba a outra, porque sem atacarmos o problema central, que é a inexistência de pessoas, não conseguimos fazer nada. O essencial são as pessoas. Se elas estão pode-se fazer alguma coisa. Se elas não estão, não vamos lá pô-las.

No nosso país, ocorrem a par os dois conceitos, a “desertificação humana” (como sinónimo de despovoamento) e a “desertificação” no sentido da Convenção?

A origem desta grande preocupação vem de África, onde quase todo o continente está afectado pela desertificação. Isto é, a degradação intensa do solo, agravada pela concentração populacional sobre esse solo, em fuga de outros que já não dão sequer para a sobrevivência. E em Portugal isto acontece, no Litoral, embora fora do conceito de desertificação no sentido da Convenção, porque não estamos numa zona árida, semi-árida ou sub-húmida seca. Condições que, grosso modo, temos de norte a sul do país, junto à fronteira, em grande parte do Alentejo e em toda a serra algarvia. Não podemos esquecer que Portugal é mediterrânico quase até ao Gerês, em maior ou menor grau. E nas condições de clima mediterrânico, as que temos, o que nos preocupa verdadeiramente é o despovoamento. Aquilo que muitos chamam de desertificação humana. A depressão económica e social. O aniquilamento de dois terços de Portugal Continental.

Portugal subscreveu o texto da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação em Outubro de 1995 (ratificada a 1 de Abril de 1996). Em Junho de 1998 foi apresentado o Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação (PANCD). Quais são os seus principais objectivos?

O PANCD existe por exigência da Convenção para os países afectados. Fizemo-lo, respeitando o espírito da Convenção que exige a participação das pessoas, isto é, que se faça “de baixo para cima”. No total, envolvemos 2.200 pessoas através de 55 reuniões e sessões. Elaborámos, assim, o nosso Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação, que o governo aprovou em 1999 [RCM 69/99, de 17 de Junho]. Os objectivos estratégicos são cinco: conservação do solo e da água; fixação da população activa nos meios rurais; recuperação das áreas afectadas; sensibilização da população para a problemática da desertificação; integração da problemática da luta contra a desertificação nas políticas de desenvolvimento económico e social. São os nossos rumos. Nós não temos uma meta, temos rumos...

Como tem decorrido a aplicação do PANCD?

Não tem sido fácil... O Programa foi aprovado em 1999, depois levámos um ano para nomear a Comissão. Passou-se 2000. Finalmente, a comissão reuniu-se e ficou-se à espera que acontecesse alguma coisa. Passou-se mais um ano: 2001. Ao vermos que não acontecia nada, resolvemos criar as áreas-piloto [Douro/Mogadouro; Pinhal Interior Sul/Mação; Margem Esquerda do Guadiana/Mértola; Serra Algarvia/Alcoutim e Castro Marim] para demonstrar que era possível obter sucessos. Instituímo-las em 2002, uma a uma, através de um *workshop* local, para vermos qual era a percepção das pessoas sobre a desertificação. Em resultado disso, surgem as sub-comissões regionais, para envolver as pessoas, na construção de projectos.

A sub-comissão do Algarve chegou a avançar com uma estratégia contra a desertificação - Estratégia das Furnazinhas -, um documento com 39 linhas de trabalho. Que aconteceu entretanto?

Aconteceram algumas coisas e não aconteceram outras mas, principalmente, ficou claro onde estão as falhas. Houve também uma má coincidência, porque isto aconteceu no final de 2005, com os fundos no fim. Mas não foi só isso. Houve pessoas que se mobilizaram e outras não... Temos aqui um exemplo claro como estas coisas dependem das pessoas e da sua capacidade de se ligarem às suas instituições. As pessoas que participaram neste plano só têm de merecer todo o respeito. E nós não temos o direito de frustrar essa esperança. Mesmo que hoje não haja dinheiro, sabemos que em 2007 vai haver. Por isso, temos de agarrá-las desde já, para que, logo que possível, possam apresentar as suas propostas.

E quanto às outras áreas-piloto, qual é o ponto de situação?

A sub-comissão do Algarve trabalhou bastante bem no início, quer em estruturação de acções no terreno, quer em sensibilização, servindo de exemplo para puxar pelas outras. Há uma que na prática ainda não funcionou, a de Idanha-a-Nova e Penamacor, que nasceu *a posteriori*, por iniciativa da sociedade civil. A do Alentejo fez alguns seminários e entrou na fase final do INTERREG. A de Trás-os-Montes deu uma reviravolta, e está cheia de entusiasmo, tendo para este ano [Internacional dos Desertos e Desertificação] uma série de iniciativas previstas, envolvendo as câmaras municipais, o governo civil, as associações locais. Quanto à de Mação, praticamente nunca funcionou, embora fosse aquela que, à partida, tinha melhores condições para andar porque tinha um suporte financeiro que nenhuma outra tinha, a AIBT [Acção Integrada de Base Territorial] do Pinhal Interior, e muito trabalho feito, porque Mação foi o concelho que mais reagiu aos incêndios.

A nível nacional, uma das actividades do PANCD foi a elaboração da Carta de Susceptibilidade à Desertificação.

Quando partimos para a elaboração do PANCD era preciso que as pessoas que participavam na discussão tivessem um mínimo de informação, e aí tivemos de desenhar uma carta de desertificação. Em 1999 foi possível apresentar um arremesso dessa carta. A Carta de Susceptibilidade à Desertificação é apresentada em 2003, e é o resultado de um projecto internacional, que envolve vários países do Mediterrâneo, o DISMED [Desertification Information System to the Mediterranean Region] -, que juntou meia centena de especialistas em diversas áreas, onde se cruzaram dados sobre a qualidade do clima, dos solos e da vegetação e o uso do solo. Um outro documento também muito importante é a Declaração Sobre a Seca, aprovada em 2005. Porque implicou muita discussão, acabando por fazer aquilo que preconizamos, e está em constituição, que é um grupo de acompanhamento da seca [Sistema Permanente de Observação e Gestão da Seca].

São estudos e projectos de avaliação e monitorização que vêm ajudar a avaliar o fenómeno da desertificação, mas também a antecipar cenários?

A avaliar melhor, embora nem todos os sistemas sejam fáceis de utilizar. Por via do DISMED, conseguiu-se alguma consensualidade e isso permitiu-nos avançar para um projecto que está agora no fim, que é o Desertwatch. Um projecto da Agência Espacial Europeia em que participámos desde o princípio justamente com o objectivo de acompanhar a evolução da desertificação na região mediterrânica. Trabalhámos nisso com muito afinco, e fomos de longe o país que mais se empenhou. Por isso somos também o país que está a tirar maior partido disso... Vamos ter a funcionar um sistema de acompanhamento da desertificação, que vai ficar instalado na DGOTDU [Direcção-Geral do Ordenamento e Desenvolvimento Urbano], responsável pelo PNPOT [Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território], mas que pode ser disponibilizado a outras instituições, e que permite, com base nas imagens de satélite, fazer a leitura da evolução da situação a partir de um conjunto de 19 indicadores, previamente seleccionados, testados e aperfeiçoados. Vai ser possível, por exemplo, pela comparação da evolução nos últimos 30 anos, estudar cenários para os próximos 30 anos. Ter esta perspectiva é importantíssimo.

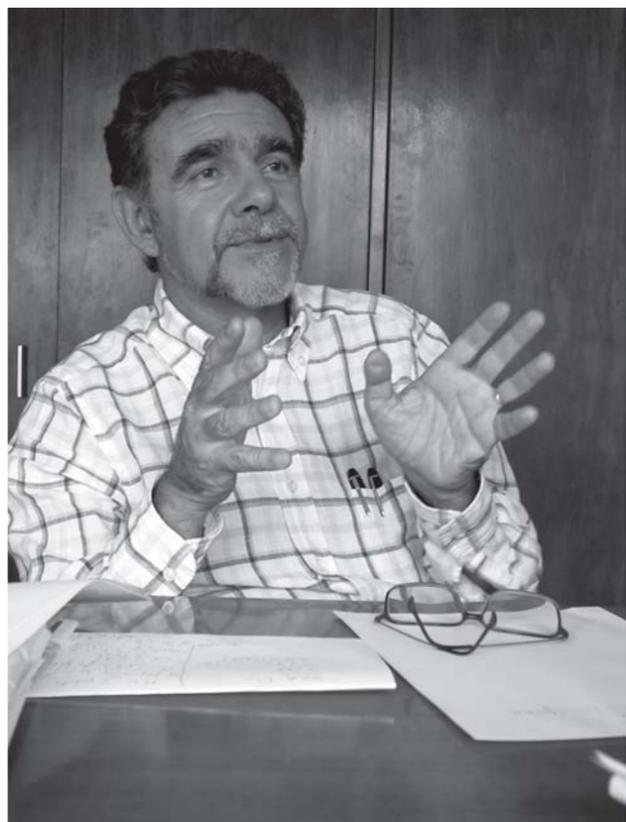
Estes estudos têm ajudado a perceber o problema e a quantificá-lo. Mas a informação já está a ser passada para a população?

Eu diria que essa fase é aquela que tem sido mais rica ao longo destes anos. Se me perguntar o que conseguimos melhor ao longo destes anos, respondo, sem hesitar, que foi a sensibilização da opinião pública. Podemos ter conseguido pouco mais mas conseguimos bastante neste aprofundamento técnico-científico, embora isso não seja imediatamente perceptível. Sem dúvida que, em termos de opinião pública, demos um salto incomparável. Partimos praticamente do zero e, hoje, muita gente já percebe o que é a desertificação.

A desertificação já preocupa os portugueses? Ou será que, para a maioria das pessoas, a desertificação ainda é vista como um problema a longo prazo?

Muita gente ainda continua a ver a desertificação como um problema a longo prazo. Agora o que há é muito mais gente a saber que isto é um problema real. É suficiente? Não. Mas a sensibilidade para o problema aumentou incrivelmente. Outro aspecto: até há meia dúzia de anos não existia qualquer instrumento de política que falasse em desertificação. Hoje temos leis, programas e planos. A Estratégia Nacional para as Florestas; o Plano Sectorial da Rede Natura 2000; o PNOT [Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território]; a Lei da Água; os PROF [Planos Regionais de Ordenamento Florestal]; os PROT [Planos Regionais de Ordenamento do Território]. Em todos, não só se fala da desertificação, como se considera a problemática. Porque ao longo destes anos se debateu e esclareceu de forma que isto hoje emana naturalmente através das pessoas

“Em termos de opinião pública, demos um salto incomparável. Partimos praticamente do zero e, hoje, muita gente já percebe o que é a desertificação.”



João Lima

que estão a trabalhar nestas coisas; pessoas que na maior parte não conhecemos mas que ficaram alertadas para a problemática. As soluções podem ser melhores ou piores, podemos até discordar delas, mas a problemática está considerada, o que antes não acontecia.

A ONU instituiu 2006 como o Ano Internacional dos Desertos e Desertificação. Uma oportunidade única para a tomada de consciência e mobilização para a acção. O que se está a fazer nas áreas-piloto?

Nas áreas-piloto, só a de Trás-os-Montes é que está a ter expressão. No Algarve também aconteceram algumas coisas. É certo, infelizmente, que não foram impulsionadas pelas sub-comissões regionais, e isso era importante, porque têm as suas ligações às associações locais, universidades, etc. Nós, Comissão, conseguimos chegar a umas centenas de destinatários (universidades, associações, etc.), e participar numas dezenas de iniciativas, passando por conferências, debates, programas de rádio e televisão e até discussões em aulas e trabalhos de curso... Tem se feito de tudo... Em termos de balanço, no mês passado tinham estado directamente a falar sobre estas coisas mais de três mil pessoas, em sítios e níveis muito distintos. Algumas instituições pegaram muito bem na questão, como a Igreja. Todos os meios são válidos. Importa atingir o máximo de público possível.

E as Associações de Desenvolvimento Local (ADL). Que papel podem ter neste processo?

Respondo em forma de perguntas... Os meios que existem têm sido utilizados para combater a desertificação? Têm tido sucesso? Como seleccionam os programas? Avaliam os resultados e como avaliam? Porque é que apoiam uns e não apoiam outros? Porque não olham as ADL para iniciativas estruturantes? É fundamental que o oleiro tenha a roda? Se depois o produto fica todo lá, porque não é vendável ou porque sendo vendável não existe um circuito para o comercializar? O LEADER olha para isto? Pode ser falha minha, mas não conheço este tipo de avaliações. Não conheço, por exemplo, que as ADL LEADER realizem iniciativas abertas à sociedade da qual fazem parte (e que é a sua razão de ser) para fazer a discussão e avaliação dos caminhos a seguir. E, portanto, se este ano internacional, se a aproximação que proporcionou entre a desertificação e o LEADER, servir para fazer isto, é um ganho muito grande para o futuro. As ADL não podem negar a ligação com as estruturas locais, com esta Comissão... Não podem fechar-lhes a porta...

Mas as ADL estão a trabalhar com as sub-comissões regionais. Com a do Algarve, por exemplo.

Estão aqui mas eu sou muito crítico, não ao facto de estarem mas aos contributos que deram. Porque há coisas que não é preciso dinheiro para as fazer; apenas vontade. E coisas que teria sido muito útil fazer. Claro que nem todas as ADL têm o mesmo tipo de comportamento... E se o programa permite bons funcionamentos é porque é bom. Não tenho dúvidas de que muitas contribuem para o combate à desertificação. Contudo, não podemos olhar para as ADL pensando que só por serem ADL já são boas. Nalguns aspectos têm um papel negativo, mas não podemos deixar de referir o papel positivo que tem a maioria delas. Porque esta é a marca do LEADER... Uma marca positiva.

Entrevista de Paula Matos dos Santos

A gestão do fenómeno da desertificação e seca em Portugal

A criação da ROADS

Portugal é um dos países europeus de mais fracos recursos em solo e que, simultaneamente, apresenta o maior risco de degradação por erosão, principal causa de desertificação na Europa.

Em relação à floresta, Portugal não é excepção dentro do panorama Europeu, no que respeita ao abandono gradual das terras e consequente mudança de paradigmas no ordenamento do território: a secular paisagem formatada pelo homem que, como diz Revaz¹, "... faz parte dos nossos genes e está colada à identidade do europeu", dá lugar à floresta na maioria das situações desgobernada sem controlo nem planeamento. Se este cenário, relativamente recente, do *back to nature*, induz, nos países nórdicos, dinâmicas e imaginários que podem cativar alguns admiradores, como o regresso dos lobos à Alemanha do Leste ou dos ursos à Austria, nos países mediterrâneos, infelizmente, as consequências, dominadas pelo fenómeno dos incêndios, são substancialmente mais dramáticas. A relação entre as causas estruturais dos incêndios e o fenómeno da desertificação, bastante evidente, tem como denominador comum o ordenamento do território e o planeamento dos recursos naturais.

A variabilidade climática inter-anual em Portugal é muito elevada quanto à quantidade de precipitação e sua distribuição sazonal. Os valores da precipitação nos anos chuvosos chegam a ultrapassar três vezes os valores da precipitação nos anos secos. A análise das séries climatológicas da temperatura do ar e da precipitação em Portugal Continental permite concluir que há uma tendência para o aumento dos valores da temperatura média anual à superfície, bem como um decréscimo significativo da precipitação na Primavera. Isto significa que as situações de seca vão deixar de ser, cada vez mais, um acontecimento extremo para progressivamente passar a estar, em termos estatísticos, mais perto da média.

Do ponto de vista económico e social o abandono das terras segue praticamente a tendência de desertificação de toda a Europa. O "envelhecimento" das vilas e aldeias interiores, requer, cada vez mais, urgentes medidas inovadoras de fixação da população, de preservação e manutenção de serviços básicos, de gestão racional do fenómeno da imigração e do crucial combate à crescente aculturação ou degenerescência da relação entre as pessoas e os recursos naturais o que tem conduzido a uma perda de memória de hábitos de uso racional dos mesmos.

Criação de rede de centros de investigação

Apesar dos vários projectos europeus relativos ao fenómeno da desertificação com uma forte componente científica portuguesa, com destaque para o DISMED (*Desertification Information System to the Mediterranean Region*), o DESERTWATCH (*Desertification Monitoring Service*) um projecto da ESA (*European Space Agency*) em fase de implementação em Portugal, o SADMO (*Sistema de Avaliação e Controlo da Desertificação no Mediterrâneo Ocidental*), que iniciou em Setembro, há, no entanto, um reconhecido défice de concertação entre os diferentes actores ligados ao combate da desertificação e da seca, universidades, empresas e administração central e local.

O número e complexidade de factores intervenientes no fenómeno da desertificação obriga a que o seu combate passe, em primeiro lugar, pela consciencialização de que qualquer abordagem àquele problema tem de necessariamente ser transversal e multidisciplinar.



O fenómeno de desertificação intersecta áreas científicas tão distintas como o clima, o solo, a vegetação, a água, o território e a componente social. A sua avaliação e análise implica a utilização simultânea e complementar de métodos e técnicas tão diversas como as sondagens sociais, os sistemas de observação da terra, os sistemas de informação geográfica e os modelos de fenómenos físicos. Foi este posicionamento de abertura e de clara compreensão da complementaridade daquelas metodologias e técnicas que levou um grupo de centros de investigação, de diferentes domínios científicos e diferentes escolas, interessados no combate ao fenómeno de desertificação, a constituir-se como uma rede de centros capaz de dar resposta à formação e investigação naquela área.

Com o apoio do Ponto Focal da Comissão Nacional de Coordenação do Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação (PANCD), um conjunto de centros de investigação do Instituto Superior Técnico (IST), Instituto Superior de Agronomia, Universidade do Algarve, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Universidade de Évora, formaram uma Rede para Observação e Análise do Fenómeno de Desertificação - ROADS², tendo o Instituto de Estudos Superiores de Recursos Naturais (INESRE), sediado em Moura, como parceiro e instituição de acolhimento.

Há fenómenos com dinâmicas de desenvolvimento que pouco ou nada intersectam os ciclos eleitorais ou os interesses económicos dos modelos dominantes de desenvolvimento das sociedades europeias. Eles estão naturalmente condenados a rolar por si. Os fenómenos da desertificação e da seca estão, desgraçadamente, neste grupo, o que faz com que iniciativas como estas tenham uma importância extraordinária.

Amílcar Soares
Professor IST

¹ Michel Revaz, biólogo Suíço citado por Theil S. no artigo "Into the Woods", da Newsweek International (2005).

² Neste ano internacional dos Desertos e da Desertificação, a ROADS lançou cursos de curta duração sobre tecnologias de observação da Terra, desenhou um projecto sobre o tema da desertificação e os incêndios AFRID e vai promover uma conferência internacional a 31 de Outubro.

Sensibilizar para a desertificação

Margem Esquerda do Guadiana. Território da Rota do Guadiana e uma das cinco áreas-piloto de combate à desertificação, definidas no PANCD, é palco da investigação de Maria José Roxo no Centro Experimental de Erosão de Vale Formoso. Trabalho científico realizado, a investigadora aponta os rumos do futuro.

A susceptibilidade da margem esquerda do Guadiana ao fenómeno da desertificação faz de “Mértola” uma das áreas-piloto eleitas pelo Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação (PANCD), onde o Centro Experimental de Erosão de Vale Formoso é um parceiro fundamental. Segundo Maria José Roxo, responsável por este centro, “a nossa intenção é que a área piloto agregue todas as associações locais”. Daí a vontade de trabalho com a Rota do Guadiana - Associação de Desenvolvimento Integrado, que desenvolve intervenção no mesmo território. É importante criar linhas de articulação com actores locais e as associações são parceiros importantes na batalha contra a desertificação.

O fenómeno é complexo. De acordo com a investigadora, a definição das Nações Unidas assinala que “desertificação é a degradação dos ecossistemas num clima semi-árido, mediterrânico ou sub-húmido, por acções antrópicas ou por questões climáticas e factores físicos”. As áreas mediterrânicas, como Portugal, são particularmente susceptíveis ao fenómeno, mas a mensagem não deixa margem para interpretações, atribuindo responsabilidades grandes à actividade do homem sobre o meio.

“Não tem nada a ver com fenómenos como despovoamento”, esclarece Maria José Roxo, num alerta para a confusão de termos. Segundo a investigadora, “posso ter uma área despovoada por outros fenómenos e não ter nada a ver com os recursos naturais”. O despovoamento pode ter diferentes origens.

Em Portugal, na maioria dos casos, o fenómeno despovoamento não é associável à desertificação. Há “áreas despovoadas em Portugal, onde os solos não são tão pobres assim”. O fenómeno explica-se pela ausência de oportunidades. O fluxo migratório tem origem na procura de emprego e melhor qualidade de vida.

Segundo a especialista, apesar do território nacional estar mais marcado pelo despovoamento do que pela desertificação, existem “áreas do território que já têm graves indicadores e diferentes graus elevados de desertifica-

ção”. A situação é “grave em algumas regiões do interior do país... nomeadamente o Baixo Alentejo”. A gravidade do fenómeno reside na sua escassa percepção. As pessoas só tomam consciência “quando não têm água”. Por isso, é preciso estar atento aos sinais. A imagem mental associa o fenómeno ao Verão e aos terrenos secos. Maria José Roxo alerta que a desertificação se observa noutros períodos, como a Primavera, “porque se tiver áreas do território que já não respondem, é porque não tenho já nenhum potencial de fertilidade no solo. Está mesmo esgotado”.

Margem esquerda do Guadiana

O esgotamento de recursos na Margem Esquerda do Guadiana é indissociável da história da região. Inicia-se com o processo de divisão e distribuição de terras, no início do século XX, e acentua-se com a “campanha do trigo”, nos anos 30. Mais tarde, a mecanização da agricultura vem agravar o problema.

Para Maria José Roxo, o fenómeno de desertificação na margem esquerda do Guadiana explica-se por “um somatório de factores”, que ainda não terminaram. Na actualidade, o “grau de degradação provocado pelo gado bovino é muito superior à campanha do cereal”, revela a investigadora. A reabilitação de um território com solos esgotados pode ocorrer de forma natural, dado que “os ecossistemas naturais evoluem”. Pode é tornar-se um processo moroso. “Quanto maior for o grau de degradação mais longa vai ser a resposta”. Nestes casos, a dimensão humana pode “dar condições e ajudar a essa recuperação”. Boas práticas agrícolas, reflorestação adequada ou utilização mais racional do solo contam-se entre as acções positivas.

O segredo reside no equilíbrio entre exploração e fertilidade dos solos. Na Margem Esquerda do Guadiana é essencial “que os agricultores aprendam a ter uma atitude diferente”, mais próxima das actividades tradicionais, numa lógica de complementaridade e multifuncionalidade. O problema é que as soluções, como a sementeira directa, têm custos de produção elevados nos primeiros tempos e escasseia a disponibilidade para aguardar resultados. Esta mudança de mentalidade é complicada. Os agricultores procuram “retirar do solo proveito rapidamente”, sem preocupações relativas ao futuro.

A aposta na sensibilização e formação é determinante. É preciso que as pessoas compreendam os custos ambientais de aplicação de práticas erradas. Este trabalho deve incidir em dois tipos de público prioritários: populações dos territórios atingidos e decisores. “Acho que é muito importante que nas áreas afectadas por um elevado grau de degradação se sensibilize as pessoas para este tema”, revela Maria José Roxo. O poder de decisão sobre o território justifica o segundo grupo.

Sensibilização e formação são objectivos imperativos no combate à desertificação. Mas, para o sucesso destas acções é essencial a participação das associações locais. “O mais importante é tentar reunir sinergias dentro dos territórios”, reforça.

João Limão

Centro Experimental de Erosão de Vale Formoso

“O mais antigo centro de estudos de erosão do solo da Europa”, o centro de Vale Formoso nasceu na década de 60, fruto da acção do engenheiro Ernesto Batista de Araújo, que se deslocou aos Estados Unidos da América para aprender o modelo experimental que viria a ser desenvolvido.

A metodologia consiste na vedação de uma área de 1/60 de um hectare, e na recolha em tanques da água da chuva proveniente dessa superfície, bem como dos sedimentos arrastados. Nos tanques é feita a medição dos níveis de água e da quantidade de sedimentos transportada.

O centro dispõe de 18 parcelas, nas quais são testados diferentes tipos de cultura e técnicas agrícolas. Para dados relativos a um mesmo evento de chuva foi possível obter parcelas experimentais de estudo de erosão hídrica com valores completamente distintos:

Parcela com “vegetação natural”	186kg/ha
Parcela com estevas “Cystus Ladaniferus”	1.700kg/ha
Parcela com trigo	4000kg/ha
Parcela de solo a nu lavrada de cima a baixo (sentido do declive)	12.000kg/ha

Quanto maior a protecção do solo menor a quantidade de sedimentos no tanque. Segundo a investigadora “há técnicas agrícolas que são prejudiciais”, mas existem outras que podem ser benéficas.

Metodologia LEADER

Combater a desertificação com sucesso

A declaração pelas Nações Unidas do ano de 2006 como Ano Internacional dos Desertos e Desertificação constitui uma oportunidade única para reflectir, debater, mobilizar e dinamizar acções no sentido de consciencializar toda a sociedade civil para um problema complexo, com múltiplas dimensões, causas e efeitos, e com impactos em extensas áreas em todo o mundo.

Em Portugal, e no caso concreto dos territórios rurais do interior, o despovoamento, o envelhecimento e o abandono dos campos constituem a dimensão central do problema da desertificação e, simultaneamente, causa e efeito da degradação dos seus espaços territoriais nas suas componentes biofísica e ambiental. São territórios onde ciclos viciosos de desinvestimento e conseqüente abandono dos agentes económicos, conduzem à diminuição do emprego, elemento central para fixar população. Sem perspectivas de trabalho, nem ambição para investir em economias deprimidas, a população em idade activa vê-se forçada a partir para outras paragens em busca de melhores condições de vida.

Suster este ciclo vicioso através de acções integradas e territorializadas, que promovam de forma efectiva a coesão económica, social e territorial, constituem aspectos nucleares para combater a desertificação. Tal, exige o envolvimento alargado e activo de todos os agentes económicos e sociais, quer individualmente, quer através das suas organizações e associações. As Associações de Desenvolvimento Local (ADL) têm a este nível responsabilidades efectivas decorrentes não só da missão e objectivos que preconizam mas, essencialmente, da sua experiência na dinamização de políticas e projectos de desenvolvimento tendo por base a metodologia LEADER. Esta tem a grande virtualidade de permitir, ao contrário de outros programas sectoriais, abordagens horizontalmente integradas, com forte participação dos actores locais e implementadas e coordenadas numa base territorial concreta, tendo em conta as suas características e especificidades. Em territórios de baixas densidades (físicas, humanas e económicas) estes elementos têm-se revelado indispensáveis para criar dinâmicas de desenvolvimento assentes na diversificação de actividades, na qualificação dos recursos humanos e no equilíbrio e valorização das potencialidades e

recursos locais, aspectos, por sua vez, determinantes para tornar os territórios rurais mais atraentes enquanto locais para viver, trabalhar e visitar. A experiência e o conhecimento decorrente do trabalho em prol do desenvolvimento dos territórios rurais e as orientações e ensinamentos LEADER apontam como determinantes para garantir atractividade dos territórios rurais, e assim sustentar a desertificação, os seguintes eixos estratégicos:

- promover a gestão sustentável dos espaços rurais e dos recursos naturais, enquanto vectores prioritários do ordenamento e da qualificação do território e dos factores de desenvolvimento e de melhoria da qualidade de vida;
- imprimir uma abordagem multifuncional da agricultura e dos sistemas agro-florestais na sua tripla valência: económica, produtora de bens de mercado; ambiental, gestora de recursos e estratégias; e social, integradora de actividades e rendimentos;
- revitalizar económica e socialmente os territórios rurais, pela necessidade premente de se operar uma reestruturação qualificante dos sectores tradicionais e estimular o aparecimento de uma função empresarial inovadora capaz de criar novos postos de trabalho, elemento crucial para fixar população activa;
- promover a educação/formação/qualificação profissional, factores-chave de suporte ao vector anterior, pelo seu papel no desenvolvimento da empresarialidade (surgimento de iniciativas endógenas, aproveitando recursos locais) e no suporte à expansão de estabelecimentos já existentes e à atracção de novas unidades;
- dinamizar acções de animação cultural, de forma a tornar os territórios rurais mais atraentes, não só para os que lá vivem como, também, para quem os visita, constituindo-se um veículo para ajudar a desenvolver competências e conhecimentos locais úteis e, conseqüentemente, para promover a competitividade e reforçar plataformas de intervenção local, articuladas em torno de novas formas de governança e desenvolvimento sócio-económico;
- dinamizar o turismo rural, na medida em que assenta na valorização dos diversos recursos e capacidades regionais, promove a diversificação económica, a criação e qualificação de emprego e a fixação de população e rendimentos. Para além disto, constitui um meio privilegiado para a defesa e valorização do património natural e cultural de uma região, promovendo a coesão territorial e melhoria da qualidade de vida dos residentes;
- incentivar a mobilização da capacidade institucional e organizativa dos agentes do desenvolvimento económico e social, em torno dos seus interesses profissionais, económicos, desportivos, ambientais, como via para a participação activa da população nas decisões que lhes respeitam e na valorização e qualificação do território.

Em suma, as estratégias de combate à desertificação deverão, cada vez mais, centrar-se na promoção da atractividade das zonas rurais, através do desenvolvimento económico e da criação de oportunidades de emprego, numa estratégia integrada de diversificação das actividades acompanhada da aquisição de capacidades das populações locais. Estas estratégias deverão assentar na gestão sustentável dos espaços rurais e dos recursos naturais, valorizando as externalidades positivas criadas pelos sistemas agro-florestais e os valores naturais e paisagísticos associados ao espaço rural. Sem um estímulo apropriado à fixação de actividades e pessoas, estas áreas correm o risco de assistir à degradação do seu capital natural e patrimonial e ser empurradas para limiares próximos da desertificação física e social.

António Realinho
Director da ADRACES



Centro Rural de Ares e Ofícios Tradicionais (Adraces) / João Lima



Margem Esquerda do Guadiana

Delimitada entre o rio Guadiana, a oeste, e a fronteira, com as regiões espanholas da Extremadura e da Andaluzia, a leste, a Margem Esquerda do Guadiana forma uma espécie de losango desconjuntado. O ângulo norte é ocupado pelas terras xistosas de Mourão e as águas calmas da Barragem de Alqueva. A leste, encostado à fronteira, fica Barrancos, com grande diversidade de paisagens, numa região dita seca e plana. A poente, a paisagem oscila entre o branco do casario de Moura, os barros vermelhos e o ondulado da Serra da Adiça. Da serra para a planície, Serpa. No canto sul encontra-se Mértola, terras das duas margens do Guadiana.

Margem Esquerda do Guadiana. Cinco concelhos. Mourão, Moura, Barrancos, Serpa e Mértola. O primeiro pertence ao distrito de Évora (NUT III Alentejo Central), os restantes ao de Beja (NUT III Baixo Alentejo). Mértola suplanta este espaço físico, estendendo-se para a outra margem do rio. Juntos abrangem uma área geográfica de 3.803,5 km². Um total de 28 freguesias onde residem 47.179 habitantes, de acordo com os Censos de 2001 do Instituto Nacional de Estatística (INE): 16.723 em Serpa; 16.590 em Moura; 8.712 em Mértola; 3.230 em Mourão; 1.924 em Barrancos.

Acompanhando a tendência negativa da NUT Baixo Alentejo, todos os concelhos apresentam uma quebra do efectivo populacional entre 1991 e 2001: menos 3.415 habitantes, segundo a mesma fonte. Mértola é o concelho mais atingido, com uma queda de -11,1 por cento. Serpa, Barrancos e Moura apresentam valores semelhantes (-6,7%, -6,2% e -5,5%, respectivamente) e Mourão o valor menos expressivo: -1,3 por cento. As quebras mais significativas registam-se no grupo etário "0 a 14 anos": -32,9% em Mértola; -23,1%, Moura e Serpa; -21,1% em Barrancos; -18,8% em Mourão. Inversamente, a variação da população residente é positiva em todos os concelhos no grupo "65 ou mais anos", registando Barrancos a percentagem mais significativa (18,9%). Estes valores devem-se, em grande medida, ao saldo natural global negativo verificado naquele período – o número de óbitos foi superior ao

número de nascimentos ocorridos em todos os concelhos da Margem Esquerda do Guadiana.

O território tem vindo a ganhar população através das migrações, verificando-se saldos migratórios positivos nos concelhos de Mourão, Barrancos e Serpa, mas ainda padece do mesmo mal de muitas outras regiões do país, nomeadamente do interior: população envelhecida. Associado ao êxodo rural, que tem conduzido a um crescimento populacional descendente, e ao fenómeno de desertificação, o elevado índice de envelhecimento da população constitui uma das principais fragilidades da Margem Esquerda do Guadiana.

Na Zona de Intervenção (ZI) da Rota do Guadiana - Associação de Desenvolvimento Integrado, no âmbito do programa LEADER+, que integra a totalidade das freguesias dos concelhos da Margem Esquerda do Guadiana – Barrancos, Moura, Mourão, Serpa – e três do de Mértola, por cada 100 jovens (população com menos de 15 anos), existem 124 idosos (população com 65 ou mais anos), segundo dados da associação.

Aliado a esta fragilidade, a Margem Esquerda do Guadiana apresenta igualmente um baixo nível de qualificação dos recursos humanos, reduzida oferta de emprego qualificante e qualificado e elevadas taxas de desemprego. Situações que, a par da carência de infra-estruturas de apoio à actividade económica, acabam por funcionar como factor de inibição de novos investimentos no território, tornando o tecido económico local, marcado pela dependência do sector primário, ainda mais débil. Devido ao fraco dinamismo empresarial, reduzida diversificação e incapacidade de introdução de novas tecnologias e alternativas de produção, a estrutura industrial apresenta igualmente uma estrutura frágil e insipiente, assim como os serviços, pouco qualificados e diversificados.

Contudo, a existência de recursos endógenos em crescente procura, aliada a uma biodiversidade local preservada, um património arquitectónico e arqueológico, e saberes-fazer tradicionais bem patentados, tem vindo a criar novas oportunidades de desenvolvimento na Margem Esquerda do Guadiana. Como refere o coordenador da equipa técnica da associação, David Machado, a ZI da Rota do Guadiana é um território com um enorme conjunto de afinidades, quer do ponto de vista geográfico, quer histórico, que lhe conferem grande potencial de desenvolvimento.

A progressiva capacitação de organizações e recursos técnicos para a dinamização de iniciativas locais de desenvolvimento, através de programas de apoio à valorização dos territórios rurais, como o LEADER, tem permitido quer a

valorização dos recursos endógenos, quer a captação de recursos exógenos, numa perspectiva integrada.

“Se ao nível da economia o território é pobre, a nossa preocupação é criar riqueza, ou seja, emprego, postos de trabalho”, sublinha David Machado, acrescentando que é orientação da associação canalizar o máximo de verba possível para o apoio a actividades produtivas – o que é claramente visível no Plano de Desenvolvimento Local (PDL) LEADER+. Afinal, diz, “os programas comunitários existem para melhorar as condições de vida das pessoas... E o programa LEADER tem esta grande virtude: tocar o indivíduo comum”.

Na Margem Esquerda do Guadiana, o apoio à actividade económica revela-se tanto mais importante, porquanto os problemas da desertificação e despovoamento assumem contornos preocupantes. “É através da diversificação das actividades económicas, numa perspectiva integrada de desenvolvimento, que nós podemos entrar com grande importância, combatendo os problemas quer da desertificação (física), quer da desertificação humana (despovoamento), que acontece por via da desertificação física”. Reforçando a ideia de que o combate à desertificação não se faz apenas com o elemento água, o coordenador da Rota do Guadiana destaca o apoio da associação na criação de alojamento turístico e equipamentos complementares, valorização e promoção das artes e ofícios tradicionais, produtos locais, gastronomia, mas também, recuperação/requalificação de património rural e criação de centros de interpretação ambiental.

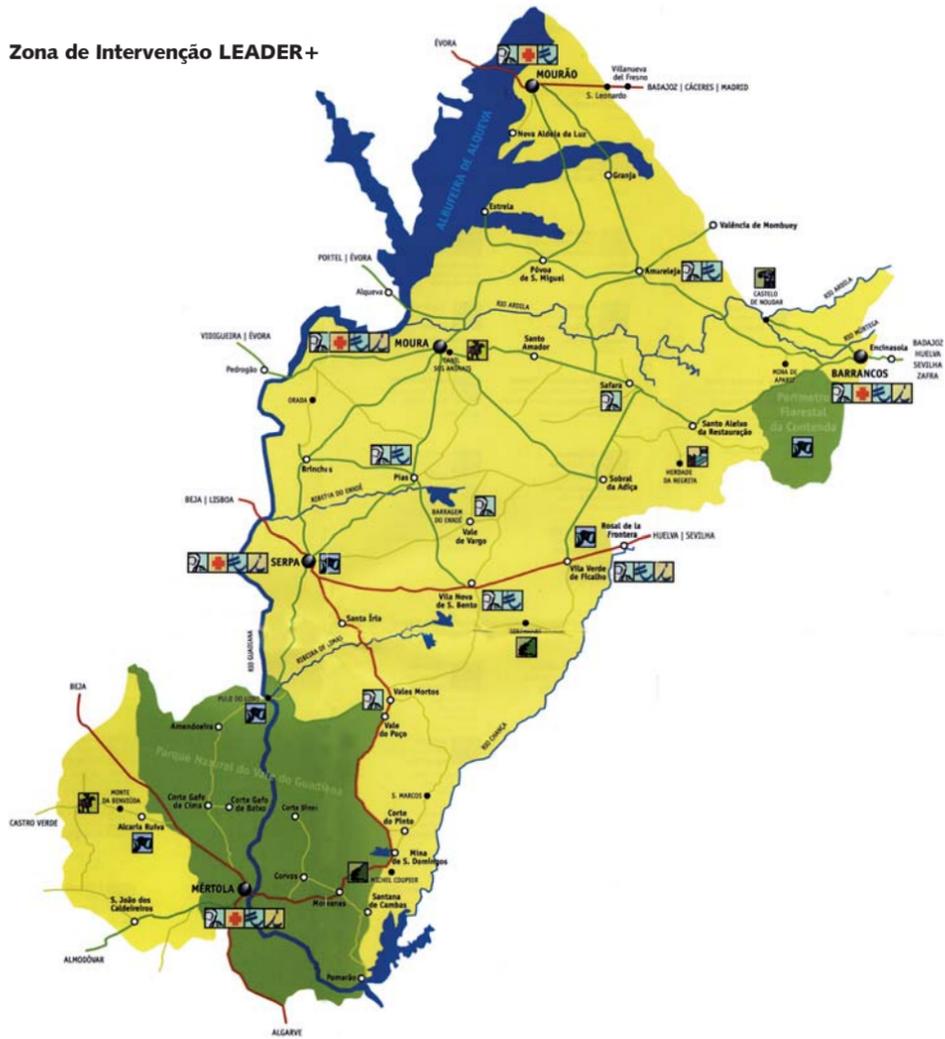
Capacitar as pessoas, diversificar as actividades

Pouco a pouco, a progressiva capacitação de organizações e recursos técnicos, a dotação de infra-estruturas de apoio à actividade económica e equipamentos sociais e públicos de apoio à cultura, recreio e lazer, a construção de boas acessibilidades e de empreendimentos de fins múltiplos (como a Barragem de Alqueva) e a diversificação da oferta turística, pela via da valorização ambiental e patrimonial, têm contribuído para uma maior e inegável atractividade deste território.

Delimitada entre o rio Guadiana, a oeste, e a fronteira, com as regiões espanholas da Extremadura e da Andaluzia, a leste, a Margem Esquerda do Guadiana forma uma espécie de losango desconjuntado. O ângulo norte é ocupado pelas terras xistosas de Mourão – de onde saem os afamados vinhos da Granja – e as águas calmas da Barragem de Alqueva. A maior barragem portuguesa, cujas comportas fecharam em Fevereiro de 2002, dando lugar ao maior lago artificial da Europa, construída com o objectivo de regadio para todo o Alentejo, produção de energia eléctrica e outras actividades complementares, nomeadamente de índole turística.

A leste, encostado à fronteira, Barrancos. Ocupando uma área de 168,3 km² é o mais pequeno concelho da Margem Esquerda do Guadiana, com uma única freguesia. Com particulares afinidades com o país vizinho, Barrancos, que teve a sua origem no Castelo de Noudar, situado a 12 km, modela-se a uma paisagem de serra coberta de montado, gerando uma das principais riquezas da região: o porco preto, a partir do qual se produz o famoso presunto de Barrancos, o único presunto certificado, como DOP (Denominação de Origem Protegida), em Portugal. Rasgado por três importantes linhas de água, o rio Ardila e as ribeiras de Múrtega e Murtigão, o concelho apresenta uma multiplicidade de zonas de água, que moldaram recantos de rara beleza, com uma fauna rica e diversificada. Guarda-rios, saca-rabos, cegonhas-preta, texugos, bufos e lontras são espécies que podem ser observadas sem grande dificuldade. A ponte, entre a planície e a serra, Moura. Durante milénios, a extracção de minério fez de Moura um concelho rico. Hoje, dão “cartas”, o azeite e os vinhos de Amareleja. A paisagem oscila entre o branco do casario, os barros

Zona de Intervenção LEADER+



vermelhos de oliveira, trigo e girassol e o ondulado da serra da Adiça e da Contenda. Herdade com 2.127 ha, 476 dos quais ocupados por 86 povoamentos de sobreiro sob o regime de montado, com uma fauna e flora riquíssimas, transformada num pólo de desenvolvimento, aproveitando as suas vertentes ambientais, culturais, pedagógicas, recreativas e turísticas.

Entre o Guadiana e o Chança (seu afluente), Serpa. O segundo maior concelho em área (1.105,4 km²) do conjunto dos cinco que junta dentro do seu território um pouco a riqueza de toda a Margem Esquerda do Guadiana. Em Pias, o vinho; em Brinches, o azeite; em Ficalho, as rochas ornamentais. Para além do igualmente famoso Queijo de Serpa (DOP).

No canto sul, o porto do Guadiana: Mértola. Com 1.292,8 km² é o maior em área. Mértola, a vila-museu, é terra das duas margens do rio. Na margem esquerda do rio, as minas de São Domingos, das mais importantes minas de pirite da Península Ibérica. Encerradas na década de 50 do século XX, mantém-se a estrutura urbana do bairro mineiro e permanece o sonho da sua reabertura. Grande parte do concelho de Mértola encontra-se dentro dos limites do Parque Natural do Vale do Guadiana. Criado em 1995, o parque, que conta com uma área de 69.600 ha, apresenta um extraordinário interesse do ponto de vista ecológico e ambiental, compreendendo uma grande diversidade de habitats.

Sendo a desertificação um problema particularmente visível na Margem Esquerda do Guadiana, importa referir o trabalho desenvolvido no Campo Experimental de Vale Formoso, em Mértola. Aqui estudam-se os diferentes tipos de cobertos vegetais, das pastagens, das culturas e formas de lavar mais adequadas, bem como do impacto das gotas de água no solo. Em causa está a defesa do recurso mais ameaçado à superfície do globo: o solo.

Paula Matos dos Santos



Serpa / Paula Matos dos Santos



Castelo de Noudar, Barrancos / João Lima

Rota do Guadiana

Associação de Desenvolvimento Integrado



ROTA DO
GUADIANA

Outubro de 1992. Um grupo de “pessoas que tinham algum gosto por questão do desenvolvimento na margem esquerda do Guadiana” constitui a Rota do Guadiana. O movimento de individuais aponta para a participação de entidades colectivas, públicas e privadas, da região, mas o trabalho voluntário marca os primeiros anos da associação.

David Machado, actual presidente de Direcção e coordenador do Grupo de Acção Local (GAL), recorda que o “primeiro plano de actividades nem sequer tinha um programa concreto que o financiasse”. Câ-

maras municipais, escolas e outras associações criam condições para a organização de actividades. Geram-se sinergias e iniciativas comuns. O primeiro financiamento resulta de uma medida de apoio do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), que contempla associações de desenvolvimento local.

Só em 1994, com o segundo Quadro Comunitário de Apoio, surge a oportunidade de realizar candidaturas a programas. LEADER II, Horizon, NOW, ADAPT ou Pessoa são os primeiros a preencher o currículo da associação. Programas que ajudam a sustentar os dois eixos de actuação da Rota do Guadiana: desenvolvimento social (formação, inserção, educação de adultos) e desenvolvimento económico (apoio a actividades produtivas).

Solidificadas as directrizes de actuação, a associação não pára de procurar instrumentos adequados a apoiar a intervenção. O leque de programas é alargado. INTEGRA, Equal, PPDR, PIPPLEA, PEDIZA, POEFD, PORA, PHARE, Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza, ou PPDR - Centros Rurais (Mourão, V. Nova de S. Bento e Mértola), expressam a abrangência de actuação. Apesar da multiplicidade de intervenções, David Machado realça o LEADER como “um importante instrumento”, devido ao carácter integrado e abrangente. Característica “extremamente importante ao nível da diversificação” de actividades no mundo rural. Outro aspecto positivo é o “horizonte de trabalho”, que permite uma planificação de trabalho a médio prazo. “Estamos formatados ao

LEADER”, revela o coordenador do GAL, numa afirmação da importância do programa para a associação. Formatação expressa ao nível do trabalho em parceria e no próprio organograma interno da associação. A gestão do LEADER Rota do Guadiana contempla um Conselho Local de Cooperação (CLC) constituído por 20 entidades e um secretariado com nove entidades, que tem parecer vinculativo na avaliação de projectos. Ao mesmo tempo, a actuação no terreno sustenta-se em torno de quatro Núcleos de Acção Local (NAL), promovidos por quatro entidades (três associações e uma câmara municipal), que garantem a descentralização e interactividade com populações. A constituição dos NAL, além de propiciar uma maior participação local aproxima o programa do potencial destinatário. Na actualidade, além do espaço de trabalho na sede, a associação detém o Centro @prender+, no qual funcionam o Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (CRVCC), formação profissional e animação comunitária, também em Serpa. Para um futuro não distante, prevê-se a criação do ninho de empresas de Moura, e a recuperação do antigo posto da Guarda Fiscal de S. Marcos para turismo de natureza e observatório astronómico. O objectivo é criar quatro unidades de desenvolvimento local, coordenadas pela associação, mas com “dinâmica própria”. O arranque dos projectos beneficia de apoio LEADER+ e Interreg, mas pretende-se que estas unidades tenham “auto-sustentabilidade”.

Quatro unidades que vão reforçar as dinâmicas de trabalho com a população. Apostada na “capacitação local”, a Rota do Guadiana investiu em áreas como a educação e formação, emprego ou apoio financeiro a actividades produtivas. Uma intervenção abrangente, múltipla de projectos, que permite afirmar com orgulho que “quase cinco mil pessoas foram beneficiários directos”.

Rota do Guadiana

Rua da Capelinha, nº 7
7830-405 Serpa
Telefone: 284 540 220 | Fax: 284 540 225
E-mail: rota@rotaguadiana.org | Internet: www.rotaguadiana.org

Órgãos sociais

Assembleia-geral: Presidente João Honrado | 1º Secretário Miguel Rego | 2º Secretário António Simão | **Direcção:** Presidente David Machado | Vice-presidente Ana Alexandre | 1º Secretário Filomena Machado | 2º Secretário Guida Ascensão | Tesoureiro Maria Ana Sargento | **Conselho Fiscal:** Presidente Carlos Ferreira | Vogal Paula Janeiro | Vogal Francisco da Cruz

Associados

AMMEG - Associação de Municípios da Margem Esquerda do Guadiana, Câmara Municipal (C.M.) de Barrancos, C.M. Mértola, C.M. Serpa, C.M. Mourão, C.M. Moura, Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Serpa, COMOIPREL - Cooperativa Mourense de Interesse Público e Responsabilidade Limitada, ADPM - Associação de Defesa do Património de Mértola, ADEREM - Associação de Desenvolvimento de Mourão, Núcleo de Empresários Agrícolas do Distrito de Beja, Sociedade Recreativa os Leões de Moura, ADASA - Associação de Defesa do Ambiente de Sto Amador, Associação para o Desenvolvimento do World Music Centre, Santa Casa da Misericórdia de Serpa e 70 associados individuais

Conselho Local de Cooperação

Parque Natural do Vale do Guadiana, C.M. Barrancos, C.M. Mourão, C.M. Moura, C.M. Serpa, C.M. Mértola, Região de Turismo da Planície Dourada, Região de Turismo de Évora, ADPM, ADC Moura - Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Moura, ADEREM, Escola Profissional Bento de Jesus Caraça - Delegação de Mértola, COMOIPREL, Campo Arqueológico de Mértola, Cooperativa Agrícola de Moura e Barrancos, Núcleo de Empresários Agrícolas do Distrito de Beja, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Guadiana Interior

Unidade de Gestão LEADER+

Cooperativa Agrícola de Moura e Barrancos, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Guadiana Interior, ADEREM, COMOIPREL, Parque Natural do Vale do Guadiana, Campo Arqueológico de Mértola, Região de Turismo de Planície Dourada, C.M. Barrancos, Rota do Guadiana

PDL LEADER+

Promover e reforçar competências das zonas rurais

Promoção e reforço das componentes organizativas e das competências das zonas rurais é o tema do Plano de Desenvolvimento Local (PDL) da Rota do Guadiana, para o território da Margem Esquerda do Guadiana.

Tema que, de acordo com David Machado, coordenador do GAL da associação, vem ao encontro das necessidades do território, de “contribuir para o reforço das organizações locais, quer sejam empresas, associações, colectividões ou escolas profissionais”. Ainda segundo David Machado, “há, de facto, um papel de consolidação e de capacitação das organizações importantíssimo, a partir do qual se consegue a capacitação do território”, e este é o principal objectivo da intervenção da Rota do Guadiana.

Definidos objectivos pela associação, a escolha do tema “resulta da reunião e trabalho do CLC [Conselho Local de Cooperação]”, alargando a participação a outras entidades do território.

No âmbito de intervenção LEADER, e conhecidas as potencialidades do programa, a convicção da Rota do Guadiana é que “uma iniciativa com o grau de integração e diversidade que tem, não tinha que afunilar num tema que fosse o ambiente ou os produtos locais. Muito pelo contrário. Devia ter uma ideia abrangente à cabeça”, refere o coordenador do GAL.

A definição deste PDL obedece também à preocupação de “melhoria das condições de vida das pessoas”. O programa é utilizado “sempre ao máximo das medidas produtivas”, dado que a associação aponta a “criação de riqueza, unidades produtivas e postos de trabalho” como principais objectivos. Trata-se de uma “orientação interna”, que visa maximizar o aproveitamento das características e potencialidades de cada programa.

A intervenção é diversificada e sustentada por inúmeros programas, no entanto, David Machado salienta que o “LEADER tem o poder de tocar o público comum”. Ainda ao nível da população-alvo, entre LEADER e LEADER+, “não tivemos muitos repetentes” entre os promotores. Uma posição que contribui para o número de cerca de cinco mil beneficiários directos, abrangidos por projectos, nas diversas intervenções. Por todas estas razões, na associação, “não queremos, de forma nenhuma, que acabe [LEADER]”, e “no próprio território, as pessoas demonstram preocupação”, acrescenta o coordenador do GAL.

De acordo com dados da associação, no âmbito do programa LEADER+, e até ao fim de Julho de 2006, a associação realizou um investimento total na ordem de 4.842.529 euros, dos quais, 3.358.680 euros são correspondentes a 76 projectos na medida 1, e 747.051 euros correspondem a 50 projectos na medida 2.

Textos de João Limão

Equipa Técnica do GAL



David Machado
Coordenador

“Ser útil no colectivo” é uma ideia que “sempre me acompanhou” e que contribui para algum “sentido de vida”,

guiando-lhe os passos no percurso profissional. Lisboa, nascido na freguesia dos Prazeres, David Machado começa a trilhar um rumo de vida alentejano aquando da licenciatura em Engenharia Agrícola, na Universidade de Évora. Fica-lhe o “gosto por Évora” e pelo Alentejo. Findo o curso, trabalha em Moura e Serpa, em gabinetes de apoio ao desenvolvimento na COMOIPREL e câmara municipal, respectivamente. O suficiente para criar raízes e ver-se “envolvido por questões do desenvolvimento local”. Seduzido pela “ideia de utilidade social” dos projectos de desenvolvimento local, troca a câmara municipal pela Rota do Guadiana. Na associação desde a primeira hora, confessa-se rendido ao trabalho que desenvolve, pelas “dinâmicas de trabalho extremamente estimulantes”, mas também por poder “ver o ciclo de projectos”. É gratificante “poder ver nascer e morrer o projecto que se criou”.



Ana Alexandre
Técnica Superior

Alentejana de Castro Verde, acaba por rumar à Universidade da Covilhã, por acaso, para cursar Sociologia. Ainda na

Beira, tem a primeira experiência de trabalho ligada ao desenvolvimento local num Projecto de Luta Contra a Pobreza, no Centro de Estudos de Desenvolvimento Regional, da universidade.

Findo o projecto, parte para o Porto para fazer uma pós-graduação em Gestão para pequenas e médias empresas. Mas a “necessidade de regressar às origens” leva-a de volta ao Alentejo, para mais uma pós-graduação em Turismo Cultural, no Campo Arqueológico de Mértola, que reconhece “como um grande projecto de desenvolvimento local”. É uma etapa decisiva, que a leva a acreditar que “talvez haja oportunidade de fazer o que queres”. O programa LEADER acaba por contribuir decisivamente para “ver o rural noutra perspectiva”, e quando a Rota do Guadiana começa a trabalhar com o programa, não hesita, e integra a equipa técnica da associação.



Maria Ana Sargento
Técnica

Natural de Beja, vive até aos 20 anos num monte isolado, no concelho de Serpa. Neste concelho conclui um

curso técnico-profissional em Contabilidade e Gestão, antes de tirar o bacharelato em Gestão, no Politécnico de Beja. Ainda a concluir o curso, passa por um estágio profissional num gabinete de contabilidade, em Estremoz. Mais tarde, lecciona em Odemira e Almodovar, mas acaba por se fixar em Brinches (Serpa), e entra na Rota do Guadiana, como formadora, em 1996. Da formação à contabilidade é um passo, até pela experiência e formação que detém, à qual, enquanto trabalha, junta mais um curso de especialização na área de gestão financeira, tirado na Universidade do Algarve. Na Rota do Guadiana, apesar do envolvimento na formação e no LEADER, o trabalho de contabilidade garante-lhe um papel transversal a quase todos os projectos. Por isso, destaca as “três vertentes de actuação da Rota”, assinalando que a maior visibilidade pertence ao programa LEADER. “Na área social tem sido feito grande trabalho, que não é tão visível mas acho que tem sido muito importante, assim como na área de formação profissional”. Assumindo que o trabalho em desenvolvimento local “é gratificante”, só lamenta “alguma falta de reconhecimento”.

Um fim-de-semana na **Margem Esquerda do Guadiana** **Nos confins do Alentejo**

As fronteiras portuguesas nunca tiveram qualquer lógica geográfica. Antes foram fruto da vontade política de reis, de senhores e da população em geral. Afirmção da vontade das gentes contra o poder espanhol e das circunstâncias históricas de séculos de construção. Se a lógica fosse geográfica teríamos ficado ali pelo Guadiana. Mas não, ultrapassámos as suas margens e entrámos por ali dentro, por terras duras e secas. Ali afirmámos a nossa cultura e, contra todas as adversidades, construímos um mundo de identidade. Ultrapassar o Guadiana e entrar pela sua margem esquerda adentro é percorrer os confins do Alentejo. Um Alentejo autêntico nas suas gentes e no seu património. Um fim-de-semana não chega, mas não fará mal ficar com saudade e vontade de regressar.

Quando atravessamos o Guadiana para a nossa aventura na margem esquerda, vale a pena parar, para da altura da imponente ponte observarmos o fio de água que se perfila lá no fundo, com as suas margens verdes e os vestígios de um ou outro moinho. Prestemos homenagem àquele fio de água que condicionou e definiu o povoamento da região e a sua afirmação económica. Que hoje, tanto tempo depois, permitiu, com o engenho do homem, modificar completamente a paisagem e trazer uma nova esperança a toda a região.

Depois desta breve homenagem continuemos caminho até Serpa. A imagem de marca está lá, há séculos, e é-lhe conferida por aquelas muralhas solenes envolvendo o casario cerrado e branco. Hoje, infra-estruturas e habitações cresceram para lá delas, ao longo da encosta, mas sempre brancas e harmoniosas. Abandone o seu transporte e perca-se pelas ruas da cidade. Literalmente. Serpa só pode ser conhecida atravessando as suas entranhas, descobrindo as suas ruelas, perdendo-se nos seus recantos. De onde em onde encontrará gente sempre disponível para o orientar e o reconduzir às principais referências. Percorra as muralhas, contemple a Torre do Relógio, veja o aqueduto e a nora, visite os museus locais não esquecendo que a cidade alberga o único Museu do Relógio em Portugal. Não se esqueça que Serpa é também um santuário da gastronomia, presente nos seus inúmeros restaurantes e não deixe de visitar uma “rouparia”, onde pode observar como nasce um dos melhores queijos do mundo. Saboreie-o com o excelente vinho local e ficará rendido para sempre.

Siga para norte, através de Pias – há quem referencie o vinho de Pias como o melhor do Alentejo –, e desfrute a paisagem das vinhas, do montado e, mais recentemente do crescente olival prenunciador de novas actividades e rendimentos económicos. Chegará a Moura, pequeno concelho alentejano cuja vila é dominada pelo seu castelo, de visita obrigatória, e dotado de infra-estruturas de apoio a crianças e adultos e possuidor de uma magnífica vista sobre o povoado. Percorra as ruas que radicam na antiga mouraria e desfrute da generosa oferta de locais de convívio, ligados à restauração ou não. Ali ao lado, na Estrada da Barca, tente-se pela Horta dos Torrejais. Local aconselhado para o seu alojamento mas também, se esse não for o caso, para conhecer melhor a fauna e a flora da região bem como a sábia utilização da água da ribeira de Torrejais, num espaço cuidado que faz da educação ambiental uma componente de animação turística.

Suba ainda mais para norte, a caminho de Mourão. Confronte-se com a nova imagem do Alentejo, profundamente marcada com a albufeira de Alqueva. Visite a nova aldeia da Luz, à imagem e semelhança da que ficou imersa pelas águas. Visite também a Estrela, cujos quintais se debruçam agora sobre o imponente lago azul. E ao chegar a Mourão corra ao castelo, suba ao alto das muralhas e, ao mesmo tempo que se inebria com o magnífico património, espraie os seus olhos pelo extenso lago, todo recortado pelas pequenas elevações e salpicado de ilhas.

No intrincado das ruelas da urbe, visite o atelier de cerâmica artística Arte e Decoração, local em que António Palmira, produz e vende a sua arte. Será a melhor das introduções ao artesanato e à cerâmica alentejana, através das peças e da sábia introdução que o artista não deixará de lhe fazer.

Organize-se de forma a não perder uma refeição no restaurante, que junta à qualidade da cozinha alentejana a insólita e genuína decoração. Rume depois a Barrancos, terra que permanece no nosso imaginário através da polémica dos touros de morte. Perca-se na praça principal, que na época das festas se transforma em praça de touros. Escolha uma das duas associações recreativas, com o seu bar e salas de convívio. Qualquer uma delas o introduz ao viver da terra. Sente-se e ouça falar o “barranquenho”, uma das poucas variantes da língua portuguesa. Depois, tente-se por dois destinos: em primeiro lugar o Castelo de Noudar, junto à fronteira, sentinela imponente que hoje se pretende como espaço de educação ambiental. No caminho perca-se junto à Fonte da Pipa e usufrua da frescura da represa que conduzia a água ao moinho agora restaurado. Um espaço idílico, perdido nos confins do Alentejo. Regresse a Serpa e rume a Mértola através de S. Domingos. A memória das antigas minas não deixará de o impressionar, mas sempre poderá usufruir das instalações de um moderno hotel de charme ali instalado e da bela e ampla praia fluvial.

Apresento-lhe aqui Mértola como fim de roteiro. Uma injustiça. Mértola justifica, só por si, um completo roteiro. Pelo seu riquíssimo património e pela especificidade da memória islâmica. Pela sua ligação ao Guadiana. Pela sua estratégia de desenvolvimento, sedimentada na identidade cultural. E pela sua enorme oferta museográfica. No fundo, estes confins do Alentejo, são uma permanente descoberta. Onde se sente o pulsar forte e autêntico dos alentejanos e da sua cultura. Onde nos sentimos todos intensamente portugueses.

Francisco Botelho



Alqueva. Aldeia da Estrela (Moura) / Francisco Botelho



Horta dos Torrejais. Moura / Francisco Botelho

para dormir

-  **Hospedaria “Casa da Boavista”**
R. da Boavista - Barrancos
Tlm: 966 159 985
E-mail: servi@cortegafo.com
- Estalagem S. Domingos**
Mina de S. Domingos - Mértola
Tel: 286 640 000
E-mail: rececao@hotelsaodomingos.com
-  **Hospedaria Beira Rio**
R. Dr. Afonso Costa - Mértola
Tel: 286 611 190
E-mail: beira.rio@mail.com
-  **Horta de Torrejais (TER)**
Estrada da Barca - Moura
Tel: 285 253 658
E-mail: torrejais@sapo.pt
-  **Casa de Serpa (TER)**
Lgo do Salvador - Serpa
Tel: 284 549 238
E-mail: geral@casadeserpa.com

para comer

- Restaurante “A Esquina”**
Rua das Fontainhas - Barrancos
Tel: 285 958 694
-  **Restaurante “O Miradouro”**
Tv. 1º de Dezembro - Barrancos
- Restaurante “O Brasileiro”**
Monte de S. Luís - Mértola
Tel: 286 612 660
- Restaurante “Alentejo”**
Moreanes - Mértola
Tel: 286 655 133
- Restaurante “O Bem Disposto”**
Pç Gago Coutinho - Moura
Tel: 285 253 096
-  **Restaurante “Adega Velha”**
R. Dr. Joaquim J. V. Gusmão - Mourão
Tel: 266 586 443
-  **Restaurante “Adega Bigodes”**
R. Valadares, Granja - Mourão
Tel: 266 577 126
-  **Restaurante “Molho Bico”**
Rua Quente - Serpa
Tel: 284 549 264

para visitar

- Castelo de Noudar, Núcleo Urbano (Barrancos)
-  **Museu da Água - Convento de S. Francisco,**
Núcleo Museológico Romano, Núcleo
Museológico Paleo-Cristão, Núcleo Islâmico,
Núcleo de Arte Sacra, Castelo e Igreja, Oficina
de Tecelagem (Mértola)
-  **Sports4u - Animação Turístico-Desportiva**
(www.sports4u.org), Lagar de Varas de Fojo,
Centro Histórico (Moura)
- Núcleo Urbano, Castelo, Igreja Matriz Nossa S^a
das Candeias (Mourão)
- Centro Histórico, Castelo, Museu do Relógio,
Museu Etnográfico (Serpa)

para levar

- Presunto e Enchidos (Barrancos)
- Tecelagem Tradicional - Oficina de Tecelagem
de Mértola, Queijo Serpa (Mértola)
- Azeite, Queijo Serpa, Vinho, Pastelinhos de
Safara (Moura)
- Artesanato de Cerâmica, Vinho, Azeite (Mourão)
- Queijo Serpa, Vinho Pias, Azeite, Queijadas de
Requeijão (Serpa)

5.^a Convenção Europeia de Montanha

Montanhas da Europa adoptam “Declaração de Chaves”

“Coesão para o crescimento – As montanhas como ingredientes naturais para a competitividade europeia” foi o tema da 5.^a Convenção Europeia de Montanha, que teve lugar em Chaves, nos dias 14, 15 e 16 de Setembro, numa organização da EUROMONTANA - Associação Europeia de Áreas de Montanha, em cooperação com a ADRAT - Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega, e Câmara Municipal de Chaves. Ao longo de dois dias de trabalho e um terceiro dedicado a visitas de estudo à região, a Convenção concentrou-se em fazer com que o assunto “áreas de montanha” tenha contributos para a Estratégia de Lisboa, que aponta como alvos os campos de crescimento, inovação e emprego.

Ao longo das sessões plenárias foi destacada a oferta significativa e única das áreas de montanha, através da sua diversidade ambiental e natural, com a qual podem contribuir para o crescimento em sete contextos diferentes, que foram motivo para a organização de igual número de grupos de trabalho.

Serviços inovadores de interesse geral na áreas de montanha; montanhas como zonas privilegiadas para energias renováveis e/ou alternativas; oportunidades oferecidas pelas TIC (tecnologias de informação e comunicação); áreas naturais como ferramentas para o planeamento territorial; o futuro da agricultura de montanha como apoio às comunidades rurais; reconhecimento e mérito dos serviços públicos nas zonas de montanha; plantar sementes para as futuras gerações dos Balcãs e dos Cárpatos visando novas políticas estratégicas para a SARD-M (FAO) nas regiões de montanha, tendo em vista os desafios regionais; foram os sete temas abordados pelos grupos de trabalho. A “Declaração de Chaves” dirigida às instituições e países europeus (membros e não membros da União Europeia) foi produto de debate dos *workshop* nestes sete campos-chave.

Valores naturais beneficiam toda a Europa

Durante as sessões plenárias, e perante a presença de mais de 300 participantes de áreas de montanha, provenientes de 16 países, Frank Gaskell, presidente da Euromontana, defendeu que “os valores humanos massivamente naturais [das áreas de montanha] beneficiam não só a nós como a toda Europa”. Um benefício que eventos como a Convenção Europeia de Montanha não deixam passar despercebido. “Segundo a agenda de Lisboa, não precisamos de nos preocupar, este evento teve êxito na demonstração de que as montanhas são um assunto do interesse de Lisboa”. Para o presidente da Euromontana, “existem perigos verdadeiros caso passe despercebida a vantagem que a frágil diversidade dos produtos de montanha tem

numa arena global que é cada vez mais homogénea. A Europa poderia dirigir-se meia adormecida para o mercado apático transatlântico quando outros poderiam ter já uma liderança forte”.

Na sua intervenção, Frank Gaskell reforçou ainda que “esta conferência recorda-nos a verdade que muitas vezes esquecemos: temos bons argumentos, temos bons produtos, foi-nos incumbida a tarefa de ganhar o argumento montanha”. Por isso, o presidente da Euromontana concluiu com um aviso: “como poderíamos nós enfrentar as futuras gerações da montanha se não assegurarmos o reconhecimento da causa montanha, que tem tão bons produtos e tão bons ingredientes”.

A 5.^a Convenção Europeia de Montanha abordou políticas de área de montanha, de âmbito nacional e local, cruzando esta informação com as estratégias dos novos programas de coesão. A propósito desta antecipação dos próximos tempos, a comissária europeia da Política Regional, Danuta Hübner, salientou que “esta convenção tem lugar num momento crucial. Entramos agora numa fase importante na preparação da nossa próxima geração de programas de coesão para 2007-2013. A Comissão tem feito um grande esforço para reforçar as parcerias e coesão territorial no curso destas negociações”. Ainda de acordo com a comissária europeia, este é o momento para assegurar as potencialidades das áreas de montanha. “Existe agora uma oportunidade verdadeira para assegurar que a grande diversidade de potencialidades e oportunidades das áreas de montanha são levadas em consideração nos novos programas de política de coesão”, reforçou Danuta Hübner.

As Convenções Europeias de Montanha são uma iniciativa da Euromontana, mas envolvem toda a comunidade de montanha da Europa e autoridades nacionais, regionais e locais, agências de desenvolvimentos, agricultura e organizações ambientais, institutos de pesquisa e associações de montanha, para não mencionar as organizações internacionais e instituições europeias que envolvidas com a montanha. As Convenções de Montanha são organizadas a cada dois anos e concentra um grande número de participantes. Esta 5.^a Convenção marcou também o décimo aniversário da fundação oficial da Euromontana.

Adrat



Programa INTERREG IIIC - Projecto Euromontana

A ADRAT está envolvida como entidade parceira no projecto EUROMONTANA. Estão envolvidas neste projecto 13 regiões da Europa, que se juntaram neste projecto de cooperação com o objectivo de proteger, valorizar e promover as regiões de montanha. Neste sentido, vai realizar-se no próximo dia 21 de Novembro em Milão (Itália), um seminário internacional subordinado ao tema “Uma Nova Montanha na Europa”.

Projecto de cooperação aproxima Finlândia e Portugal

Parceiros da Adiber - Associação de Desenvolvimento de Góis e da Beira Serra, oriundos do Grupo de Acção Local (GAL) da região de Joensuu (Carélia do Norte), na Finlândia, visitaram a região da Beira Serra, nos dias 14 e 15 de Setembro, com o objectivo de estudarem a possibilidade de ser desenvolvido um projecto de cooperação na área das rádios locais, reforçando o seu papel de animação dos territórios rurais.

Este projecto, cujo acordo inicial foi firmado durante a recepção realizada na presença dos parceiros locais da Adiber, pretende criar condições para que haja um maior envolvimento das populações locais com as rádios locais da sua região, promovendo uma nova forma de fazer rádio em que as populações das aldeias assumirão as funções de produtores e realizadores de um programa de rádio – a Rádio Village –, durante o qual poderão ter a oportunidade de falar dos mais diversos temas, de modo completamente autónomo.

Estes programas serão realizados com recurso a meios técnicos específicos, sendo disponibilizada formação à população para permitir a sua utilização, após o que serão enviados via Internet para a estação de rádio parceira, que terá como única intervenção a sua difusão dentro da sua própria grelha de programação.

Como referiu Miguel Ventura, Coordenador da Adiber, “esta é uma nova forma de fazer rádio em Portugal, já que não é a rádio que vai à aldeia, mas sim a aldeia que vem à rádio”. Este projecto possibilita igualmente um contacto mais próximo das populações locais com as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

O presidente da Adiber, José Cabeças, salientou a importância deste projecto para a região da Beira Serra, dado que o seu carácter inovador e pioneiro constituirá um exemplo em termos do relacionamento das populações com a comunicação social e com a utilização das TIC. O projecto insere-se na estratégia promovida pela Adiber, no sentido de criar condições para que a região responda com eficácia aos desafios futuros, que inevitavelmente passam pelo desenvolvimento tecnológico dos territórios. O presidente da associação finlandesa, Juhani Nuutinen, referiu que esta visita excedeu as expectativas criadas e que a disponibilidade demonstrada

pelos parceiros portugueses era a garantia de que estávamos perante um projecto que irá frutificar no futuro, promovendo a aproximação de dois países que, apesar de afastados geograficamente, estarão unidos e empenhados na concretização deste projecto.

Para o presidente da Câmara Municipal de Arganil esta é uma iniciativa interessante, que contribuirá para a afirmação da região no contexto europeu e para a valorização das suas potencialidades, tendo o representante do Governador Civil de Coimbra, Paulo Valério, felicitado a Adiber pela arrojo e coragem em desenvolver um projecto com estas características, o qual representa a possibilidade de abrir novos horizontes para a própria região e concretizar o que é o ideal europeu em termos de aproximação das diferentes culturas.

Durante a visita às rádios locais da Beira Serra – Rádio Clube de Arganil, Rádio Boa Nova e Rádio Asas da Beira –, foi possível trocar experiências em termos do modo de funcionamento das rádios de ambos os países, tendo sido unânime a adesão por parte dos directores das rádios da Beira Serra a este projecto, e sendo salientado o enorme interesse e estímulo que o mesmo representa em termos do reforço do relacionamento existente com os próprios ouvintes.

Durante estes dois dias de presença na nossa região, os parceiros finlandeses tiveram ainda a oportunidade de visitar um conjunto de projectos apoiados pela Adiber no âmbito da iniciativa comunitária LEADER+, colhendo informações sobre a metodologia de intervenção e a estratégia que está a ser implementada na região ao nível do desenvolvimento de pequenas iniciativas locais.



Adiber

Saber criar uma oportunidade



A Adeliçor - Associação para o Desenvolvimento Local de Ilhas dos Açores, no âmbito da estratégia definida para implementação do Programa de Iniciativa Comunitária LEADER+, na sua Zona de Intervenção (ilhas de São Jorge, Pico, Faial, Flores e Corvo), realizou no passado dia 22 de Setembro, em São Jorge, o encontro “Saber Criar uma Oportunidade”, co-financiado pelo programa LEADER+.

Com este seminário, pretendeu-se incentivar o espírito de iniciativa empresarial em comunidades no meio rural e dar a conhecer aos jovens formas de criar oportunidades de emprego na ilha onde vivem, possibilitando a sua fixação nestas comunidades, e informar sobre os sistemas de incentivo existentes na região que visam facilitar a criação de empresas.

Perante uma assistência de cerca de 60 participantes, o evento contou com a presença de quatro oradores divididos por dois painéis. No primeiro, o representante do IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas, Eduardo Augusto, dedicou a sua intervenção “Às Políticas de

Apoio ao Desenvolvimento Empresarial”. Augusta Correia, da Secretaria Regional da Economia, incidiu no novo programa de incentivos ao empreendedorismo existente na região: “Empreende Jovem”. Este programa, constituído por duas medidas, permite o apoio à criação de empresas, estimulando os jovens na criação da própria empresa, e o apoio a estágios profissionais de longa duração dirigidos aos jovens.

No segundo painel, o presidente da Direcção Nacional da Associação das Micro e Pequenas Empresas de Portugal - PME Portugal, Joaquim Cunha, interveio sobre a “Importância das Pequenas e Médias Empresas no Desenvolvimento Económico”. Esta segunda parte dos trabalhos ficou completa com a exposição de um jovem empresário em meio rural, Ricardo Viegas, originário de uma aldeia do Algarve, promotor de um projecto que permitiu a criação do próprio emprego, através da reconversão de um antigo espaço comercial num espaço de animação cultural, com áreas destinadas a exposições e eventos culturais, comercialização de artesanato, computadores com acesso à Internet e serviço de cafetaria.

Após as apresentações, o debate teve um elevado índice de participação dos presentes. A finalização do encontro concretizou-se com a entrega dos certificados de participação e um lanche convívio entre os participantes, oradores e membros da Adeliçor, com produtos típicos de São Jorge.

Adeliçor

Aromas do Dão

Muito suave, agradável e muito persistente... Na boca, sentem-se os taninos robustos mas suaves e os frutos silvestres com grande equilíbrio e complexidade. É a nota de prova do Quinta da Fonte do Ouro - Touriga Nacional Tinto 2003, de cor rubi carregado e aroma próprio da casta, a groselha madura, bem casados com a madeira... Um vinho com DOC (Denominação de Origem Controlada), que, após a fermentação malo-láctica, estagiou 12 meses em barricas de carvalho novo francês, produzido e engarrafado pela Sociedade Agrícola Boas Quintas, sediada em Mortágua, no Dão. Degustá-lo, desfrutando da forte presença da Touriga, foi uma oportunidade (de ouro) para quem passou pela Loja Portugal Rural, em Lisboa, no dia 14 de Setembro, quinta-feira.

Tanto mais que este não foi o único néctar em prova. A acompanhá-lo estiveram outros brancos e tintos do Dão: o Quinta da Fonte de Ouro Tinto Reserva 2003, da mesma marca; o Primado Tinto 2004, da D.M.C. Pereira de Melo; e os biológicos Casa de Mouraz Private Selection Tinto 2004 e Casa de Mouraz Branco 2005, da Casa de Mouraz.

Foi o ponto alto de uma semana inteiramente dedicada aos vinhos do Dão, provenientes dos concelhos de Mortágua, Santa Comba Dão e Tondela, respectivamente. Uma iniciativa promovida pela Loja Portugal Rural e a Adices - Associação de Desenvolvimento Local, integrada nas semanas temáticas denominadas "Quintas de Baco". Semanas para dar a conhecer ao público vinhos de produção nacional, que atingem o seu ponto alto à quinta-feira, com a presença dos respectivos produtores -, disponíveis para esclarecer os visitantes quanto às características de cada um dos néctares, produção e vinificação.

Embora não sendo uma loja especializada em vinhos, como diz a sua responsável, Elsa Neves, a Loja Portugal Rural orgulha-se da sua adega, onde num recanto longe da luz natural, repousam cerca de mil referências vinícolas, entre tintos, brancos, portos e espumantes de diversas regiões do país.

Desde que foi lançada, no início do ano, a iniciativa já contemplou os vinhos produzidos na Madeira, Trás-os-Montes e Ribatejo. Sempre com o apoio das associações parceiras do Portugal Rural. Um projecto de cooperação, no âmbito do programa LEADER+, que junta nove associações de desenvolvimento local do país (Desteque, Adices, Ad Elo, Adae, Adirn,



Paula Matos Santos

Tagus, LeaderOeste, Monte e Acaporama) e a ProRegiões, e cujo principal objectivo é dar a conhecer os melhores produtos regionais de qualidade e, conseqüentemente, os territórios onde são produzidos. Produtos 100 por cento nacionais, entre os quais se destacam os doces, os queijos, os enchidos, o mel, o pão, o azeite e, claro, o vinho, para além dos linhos, os bordados, os vimes, a cerâmica, etc. Segundo Elsa Neves, é esta "tripla oferta" da loja – agro-alimentar, artesanato e taberna (cuja ementa - sopas, saladas, tostas, tudo confeccionado com produtos nacionais de qualidade - cativa cada vez mais lisboetas) – que a distingue das demais.

Inaugurada no ano passado (em Junho), a Loja Portugal Rural "está a crescer". Palavras da sua responsável, que, não obstante o sucesso alcançado, sublinha a necessidade de "tornar o espaço cada vez mais animado", seja através de semanas temáticas, lançamento de novos produtos, exposições ou *ateliers* de artes e ofícios tradicionais, entre outras actividades.

Paula Matos dos Santos

Loja Portugal Rural
R. Saraiva de Carvalho, 115
Campo de Ourique - Lisboa
Tel. 213958889
lojaportugalrural@mail.telepac.pt

Debates para preparar o futuro

Com a aproximação de mais um Quadro Comunitário de Apoio (QCA) e tendo em vista uma preparação com base na realidade do território, a ADD - Associação de Desenvolvimento do Dão, assumiu que era hora de fazer um balanço, de modo a ter uma verdadeira percepção da nossa actuação. Pretende-se analisar o nosso contributo para o desenvolvimento da Zona de Intervenção, a qualidade do mesmo, apontar as falhas, identificar carências ainda não ultrapassadas e novas necessidades, bem como as expectativas por cumprir, e quais as novas esperanças. Em suma, prepararmos o futuro dando continuidade ao trabalho passado, mas sempre atentos para alterar no presente e para nos ajustarmos aos novos desafios.

Neste sentido, a ADD, no âmbito do Vector 2 do LEADER+, e em parceria com a Comissão Vitivinícola Regional do Dão, está a desenvolver o projecto "Promoção Territorial do Dão", que compreende um conjunto de acções promocionais dos produtos endógenos de qualidade do Dão (vinho, queijo, maçã). A par destas acções estão a realizar-se um conjunto de debates, intitulados "O Dão em Análise e Debate para o Futuro", para análise e reflexão da situação dos produtos e actividades económicas desta região, bem como, preparar as estratégias de acção para o próximo QCA.

Este ciclo de debates teve início em Julho, no âmbito da V Feira das Actividades Económicas de Aguiar da Beira, com um primeiro debate intitulado "A Competitividade e a Qualidade na Produção de Leite/Queijo", onde produtores e técnicos puderam debater as dificuldades da fileira e do sector. Daqui, resultou um grupo de trabalho que preparará estratégias concertadas, que virão de encontro às necessidades sentidas.

No âmbito da XV Feira do Vinho do Dão, em Nelas, realizou-se o segundo debate que teve por tema a "Intermunicipalidade na Promoção do Vinho do Dão e Outros Produtos", e que veio trazer diferentes perspectivas sectoriais sobre a importância de promover os produtos endógenos de qualidade, em que a região é pródiga e dos quais se destacam: o vinho do Dão, o queijo Serra da Estrela e a maçã Bravo de Esmolfe.

O último debate foi dedicado às "Actividades Produtivas Não Agrárias no Mundo Rural" (indústria, comércio, serviços e turismo), em Mangualde. Nesta perspectiva, os debates vão continuar a decorrer ao longo dos anos de 2006 e 2007, sendo o próximo no dia 20 de Outubro, em Penalva do Castelo, dedicado ao sector frutícola e decorrerá sob o tema "A Competitividade e a Qualidade na Produção Frutícola". Também as novas aplicações na agricultura, o associativismo, ou o vinho do Dão, serão temas a abordar e a debater trazendo contributos aos sectores e fileiras produtivas, permitindo a técnicos, produtores, comerciantes, autarcas e público em geral, construir um processo de desenvolvimento dinâmico e participado. Os debates não se constituem como um fim em si mesmo, sendo antes um meio de concertar, auscultar, compatibilizar e detectar necessidades, e promover uma interligação funcional no território entre os vários agentes que nele operam, sejam públicos, sejam privados colectivos ou individuais. Queremos um território dinâmico, activo, capaz de gerar emprego, rendimento e qualidade para quem cá vive.

ADD

Desertificação e Desenvolvimento Rural

O efeito LEADER na Cova da Beira

O Programa de Iniciativa Comunitária LEADER+ surge na Cova da Beira numa lógica de complementaridade aos anteriores LEADER I e LEADER II. As intervenções até agora realizadas no território de intervenção da Rude - Associação de Desenvolvimento Rural - concelhos de Belmonte, Covilhã e Fundão - têm tido, seguramente, como principal objectivo fixar a população no território, melhorar a qualidade de vida das populações e criar oportunidades que tendencialmente se procuram nos centros urbanos. A desertificação constitui um problema de grande complexidade, com múltiplas dimensões, causas e efeitos sobretudo nas zonas do interior do País. A desertificação física e humana estão bastante relacionadas, uma vez que, a falta de interesse e o empobrecimento da capacidade produtiva dos centros rurais, entre outros factores, têm contribuído para o abandono progressivo das populações.

O desenvolvimento das zonas rurais e o co-financiamento de projectos em áreas economicamente deprimidas do território de intervenção, tem constituído uma crescente preocupação desta Associação durante a gestão do programa LEADER+. Foi com base neste pressuposto que tem sido orientada a implementação do Plano de Desenvolvimento Local (PDL), de forma a adequar este incentivo comunitário às características das diferentes freguesias rurais, satisfazendo algumas necessidades e preenchendo algumas deficiências que ainda subsistem.

No âmbito do LEADER+, a Rude tem vindo a desenvolver e consolidar projectos locais e regionais, designadamente, nas áreas das infra-Estruturas, apoio a actividades produtivas, entre outras acções materiais e imateriais, no sentido de promover oportunidades de emprego em zonas com pouco dinamismo económico e social, garantir a promoção dos usos e saberes tradicionais, preservar o património e ambiente rural, e por outro lado, proporcionar às comunidades rurais bem estar e melhoria da qualidade de vida. Em suma, pretendemos que estes incentivos económicos, tornem mais atractiva esta região, criem mais oportunidades e captem o interesse das camadas mais jovem pelo meio rural que se espera virem aqui fixar residência.

Com esta intervenção, pensamos que o LEADER+ se tem assumido como um factor de grande importância no desenvolvimento local e regional, sendo também um meio no combate à desertificação.

A Rude continuará a aprovar projectos e investimentos que produzam efeitos amplos e maximizem o efeito LEADER na Cova da Beira, que à semelhança de todo o interior do País, continua a registar carências e depressões significativas sobretudo nas comunidades rurais.

Rude

IV Europa Fórum

Apresentação de dois projectos de cooperação transnacional, exposição da intervenção no Vale do Lima, e debates sobre o futuro do programa LEADER em Portugal e desenvolvimento rural na Europa, foram temas abordados no IV Europa Fórum, promovido pela ADRIL - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Lima, que teve lugar em Ponte de Lima, no passado dia 9 de Setembro.

Iniciativa que segundo Francisco Calheiros, coordenador do Grupo de Acção Local (GAL) da ADRIL, assentava em dois objectivos principais: "juntar parcerias ligadas aos projectos de cooperação transnacional e abrir portas ao conhecimento das novas regras de candidatura para 2007-2013", o IV Europa Fórum abriu com a apresentação dos projectos de cooperação transnacional "Festival Europeu de Jardins" e "Aldeias de Tradição".

No primeiro caso, o "Festival Europeu de Jardins" é uma parceria com entidades da Áustria e França, que visa a promoção de festivais de jardins em consonância com o desenvolvimento rural e a sua sustentabilidade, além de uma perspectiva de oferta turística direccionada para a paisagem e ambiente.



"Aldeias de Tradição" junta 21 entidades LEADER de cinco países da União Europeia (UE): Portugal (Ader-Sousa, Adril, Adrimag, Adriminho, Atahca, Beira Douro, Dólmén, ProBasto e Sol do Ave), Holanda, Irlanda, Espanha e Itália, e pretende reforçar e promoção da Rede das Aldeias de Tradição, uniformizar critérios de selecção e classificação das Aldeias, e a troca de experiências e conhecimentos.

Na segunda parte dos trabalhos, e depois da apresentação do vídeo "Vale do Lima, Vale por si", com uma retrospectiva da intervenção da ADRIL no território do Vale do Lima, seguiram-se os momentos mais aguardados do dia, com as apresentações de Antonis Constantinou, da Direcção Geral para a Agricultura e Desenvolvimento Rural, da Comissão Europeia, e Rita Horta, directora do Gabinete do Planeamento e Política Agroalimentar (GPPAA).

Na apresentação "LEADER e Política de Desenvolvimento Rural na UE no período 2007-2013", Antonis Constantinou sustentou que "não existem dúvidas de que a abordagem LEADER dispõe de um considerável potencial de exploração do potencial de desenvolvimento endógeno das áreas rurais", e defendeu que a "Comissão tem a expectativa de que os GAL e a abordagem LEADER venham a ser muito mais importantes no futuro".

Em complemento, Rita Horta, apresentou as novas regras da abordagem LEADER para 2007-2013, a nível nacional. Na comunicação "Um novo quadro de oportunidades", foram apresentados os quatro eixos prioritários do FEADER e os três objectivos estratégicos do Plano Estratégico Nacional: Aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal, Promover a sustentabilidade dos espaços rurais e recursos naturais, e Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais, destacando-se que a "abordagem LEADER é um dos principais aspectos inovadores da estratégia nacional, ao apostar nos actores, e estratégias de desenvolvimento local".

Para o coordenador da ADRIL, Francisco Calheiros, o "balanço é extremamente positivo", com resultados que fazem deste IV Europa Fórum, "um marco importante na articulação do desenvolvimento rural, pela informação que prestou a todos os participantes".

João Limão

Dia rural nas Sete Cidades

“Dia Rural, um Dia Excepcional”

Descobrir a natureza num trilho pedestre, provar os sabores da gastronomia açoriana, visitar uma exposição com imagens do mundo rural, relembrar os costumes e trajes regionais, ou escutar os sons dos Açores, foram actividades possíveis no “Dia Rural, um Dia Excepcional”, que teve lugar nas Sete Cidades, em São Miguel, dia 17 de Setembro.

A iniciativa integra-se no projecto “Reflectir Açores”, que resulta de uma candidatura ao vector 3 do LEADER+, numa parceria piloto entre as entidades promotoras do programa nesta Região Autónoma: Adelição - Associação para o Desenvolvimento Local, Arde - Associação Regional para o Desenvolvimento, Asdepr - Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural, e Grater - Associação de Desenvolvimento Regional. O “Dia Rural, um Dia Excepcional” constitui a segunda acção do conjunto de quatro que o projecto contempla, e sucede à participação das quatro associações na Feira Açores 2006.

Para António Almeida, presidente de Direcção da Arde, “o balanço é claramente positivo”. A iniciativa resultou de forma positiva junto da população das Sete Cidades, permitiu testar o modelo de organização do evento, facilmente transferível para outros territórios, e desenvolveu lógicas de parceria entre as diversas entidades açorianas promotoras do programa LEADER+.

Segundo o presidente da Arde, a existência de “iniciativas completamente diferentes” proporciona a interacção entre diferentes públicos, num conjunto de actividades diversificado, integrando parceiros bastante distintos, como a Associação Amigos dos Açores, Cresação - Cooperativa Regional de Economia Solidária, Banda Lira Sete Cidades, Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, Associação Agrícola de S. Miguel, Associação de Jovens Agricultores Micaelenses ou núcleo da Quercus - Associação Nacional de Conservação da Natureza.

Preservar interesses ambientais

Na organização do evento, as preocupações ambientais também foram tidas em consideração. A opção de organizar as actividades no campo de jogos responde à solicitação de organizações ambientalistas, dado que “não pretendíamos promover uma acção que colidisse com os interesses do ambiente”, revela António Almeida. O objectivo é “as pessoas perceberem que há algo diferente nas Sete Cidades, mas também não perturbar o normal funcionamento da freguesia”. Cuidados que obrigaram a algum condicionamento na dimensão do evento, mas que deixam em aberto eventuais organizações futuras, com maior dimensão.

Reflectir Açores

“Um projecto inovador, porque nunca se realizou aqui nos Açores este tipo de eventos que integrasse as quatro associações, em conjunto”, revela Sónia Borges, técnica da Adelição, que destaca a descentralização das acções a toda a Região Autónoma dos Açores (RAA). Esta parceria-piloto entre as quatro associações açorianas, desenvolvida no âmbito do vector 3 do programa LEADER+, pretende aumentar a informação e a troca de experiências e boas práticas, proporcionando a participação e reflexão conjunta. Ao mesmo tempo, visa o melhoramento de competências dos Grupos de Acção Local (GAL), divulgando também o trabalho realizado pelas associações e o seu “importante contributo para desenvolvimento das zonas rurais”, anuncia António Almeida.

O projecto Reflectir Açores divide-se em quatro acções. As duas primeiras, já concluídas, consistiram na participação na Feira Açores 2006, na ilha do Faial, que teve lugar em Junho deste ano, com a realização de palestras diárias pelas quatro associações, exposição de artesanato, divulgação de projectos representativos na área do ambiente, prova e degustação de produtos agro-alimentares, e divulgação de projectos apoiados pelos GAL, enquanto a segunda acção desenvolvida foi este “Dia Rural, Dia Excepcional”, nas Sete Cidades, ilha de S. Miguel.

Para o futuro, o projecto prevê mais duas acções. Uma que contempla a realização de uma feira itinerante, através da elaboração de painéis expositivos com informação sobre projectos de qualidade organizados pelos GAL em áreas como ambiente, turismo, pequenas e médias empresas, cultura, artesanato e produtos locais, bem como a edição de um manual de boas práticas do LEADER nos Açores.

Por fim, a última acção do projecto aposta na promoção conjunta do LEADER nos Açores, através da concepção de programas televisivos destinados à exibição pela RTP, e futuramente transpostos para DVD. Uma acção que vai ser liderada pela Grater e que, segundo Isabel Gouveia, técnica da associação, aguarda um pedido de “transferência” para o próximo ano.



Passelo pedestre / João Limão

O “modelo está testado”, por isso António Almeida, aponta o futuro. “Vamos avaliar os custos e vamos avaliar outros instrumentos”. Há o reconhecimento de que “há ajustes de organização a fazer”, que vão ser analisados na avaliação da acção, mas também existe a confiança de que a fórmula é adequada, e que existe a “possibilidade de adoptarmos este modelo em outras freguesias, noutros territórios com outras características”.

A experiência tem um efeito demonstrativo, proporcionando a replicação do formato, ajustada às realidades de cada território. Porque “há aqui um potencial a explorar”. O “instrumento de parceria pode ser bastante potenciado a qualquer território dos Açores”.

Embora ainda seja prematuro adiantar quaisquer possibilidades de organização futura de um evento deste tipo, António Almeida revela que “há disponibilidade de várias entidades públicas e mesmo dos privados que aqui colaboraram para pôr iniciativas de pé”.

A organização do evento vem também reforçar o papel das entidades gestoras do LEADER+, contribuindo para a sua divulgação. António Almeida acredita que, neste momento, estas entidades “são vistas como entidades de valor acrescentado regional”. Estas iniciativas reforçam o conhecimento das organizações e estratégias de actuação, e aumenta a “percepção das potencialidades do desenvolvimento local”.

Para já, o projecto “Reflectir Açores” surge alicerçado numa experiência de cooperação entre as quatro associações açorianas, que se confronta com o problema da insularidade e dispersão dos territórios pelas nove ilhas açorianas. Uma dificuldade suplementar “porque envolve enormes recursos financeiros, uma logística difícil de montar, e os recursos humanos e técnicos que são precisos deslocar das várias ilhas podem inviabilizar o evento”.

Apesar das dificuldades, o presidente da Direcção da Arde, tem a convicção de que “há a percepção das associações de que a cooperação é importante”. Uma opinião partilhada pela técnica da Adelição, Sónia Borges, para quem “é inevitável a cooperação nos Açores” e esta pode ser uma “experiência para o futuro”.

João Limão

Uma harmonia sentida e construída

Sigo o conselho de um jovem que me incentiva a franquear o portão fechado. Percorro lentamente o caminho que me parece mais óbvio. Saindo do carro, vejo surgir, por entre a vegetação, Geraldine Zwanikken. Por trás dela vislumbro a escultura de um labirinto, pedra e água. Depois dos cumprimentos recolhemo-nos à sombra, e escolho sentar-me no muro do tanque, sentindo a frescura da água. Os meus olhos fixam-se no porte altivo de uma oliveira centenária. É Verão, em pleno Alentejo, o calor sufoca por todo o lado e, de repente, sinto uma vontade enorme de ficar ali, a falar de sonhos, a falar de vida.

As referências que trago são as de uma empreendedora que, em Mértola, vai construindo um mundo de cultura e fazendo reviver o espaço de um antigo convento franciscano, fronteiro à vila. Fascina-me o percurso das vidas e Geraldine Zwanikken não se esconde, deixando correr a sua história como quem já está habituado a contá-la vezes sem conta. No fundo, ela sabe que os olhos de muita gente se colocam agora sobre si e a sua obra, com admiração e espanto. Mas nem sempre foi assim. Tempos houve em que os seus sonhos foram olhados com a incredulidade dos cépticos. E a obra também não é só sua, a seu lado teve o marido e os filhos, todos partilhando do mesmo fascínio pelo lugar.

Geraldine nasceu na Indonésia e ali viveu a sua infância, até aos 13 anos. Desse tempo recorda o fascínio da natureza e a liberdade. Talvez tenha sido lá, com a música e o movimento, que lhe nasceu o sonho de ser bailarina. Quando acompanha os pais para a Holanda, não deixa de estranhar os tons sombrios da Europa do Norte. “Com muito jeito para o desenho, os pais querem que seja artista”, vai contando, mas afinal é o ballet clássico que vai cursar, vindo a integrar o Ballet Nacional de Amesterdão. É nas *tournées* pelo estrangeiro que conhece Portugal. Já lá vão 30 anos e percorre o país, do Porto ao Algarve. Um dia passa por Mértola, ao fim da tarde, e neste mesmo espaço em que nos encontramos, nessa altura completamente coberto de silvas e em ruínas, é tocada pelo fascínio dos momentos únicos. Fala da luz, da luz no convento em ruínas, que transporta consigo no regresso à Holanda. Há-de regressar para saber mais sobre aquele local, que lhe dizem não ter dono. Um enxame de abelhas, nas velhas paredes do convento e que se percebe ter o mel colhido, vai conduzi-la à família dos proprietários e começar o processo de aquisição da propriedade. Chamam-lhes loucos por se interessarem por aquelas ruínas e por aquele abandono, mas há muito que Geraldine e o marido tinham descoberto muito mais do que essa aparência. No início foi a luz, mas depois foi a alma daquele sítio, que para eles se tornou imperativo.

Vendem tudo o que têm na Holanda para poderem comprar o convento. E vêm para Mértola, com dois filhos, dois cães e dois gatos, para ali “...começarem a viver”. Era o ano de 1980 e o trabalho que se lhes deparava não os detinha, iniciando então a lenta recuperação dos espaços edificados e da propriedade. Geraldine lança em Mértola “aulas de criatividade” mobilizando

as crianças da vila. Uma peça de teatro, representada no Natal na Igreja, acaba por conquistar a comunidade dos pais. Lentamente, a integração vai-se fazendo. Inicia aulas de ioga - “Mértola tem aulas de ioga há 25 anos”, diz orgulhosa... - e ensaia outras actividades. Dá aulas em Lisboa, de “Movimento e Criatividade”, na ARCO (Centro de Arte e Comunicação Visual), mas acaba por desistir pela distância e pelas dificuldades de deslocação. O Convento de S. Francisco é cada vez mais o centro da família, cada vez mais exigente. Com o esforço de todos: “Eu também sou pedreiro, eu estar em cima do telhado...” refere no seu português ainda difícil, mesmo após os quase trinta anos de permanência no país.

A dança, o seu eterno fascínio, ainda a há-de fazer regressar à Holanda. Mas desiste definitivamente e acaba por se virar para a pintura - “a pintura é mais fácil...” E o Convento de S. Francisco começa a receber artistas. Para alojamento dos visitantes começam por recuperar duas celas do antigo convento. Os tempos são difíceis e o dinheiro que vão arrançando é totalmente investido nas obras: “Quando ganhamos qualquer coisa, pomos mais uma janela, mais uma porta...” Com a lenta mas segura sabedoria de quem sabe perseguir e concretizar um sonho.

Há sete anos, Geraldine perdeu o companheiro que morre com uma doença de coração. Com um filho a estudar na Holanda, coloca-se-lhe a questão de continuar ou não em Portugal. Mas descobre então que “a energia dele está aqui...”, diz circulando os olhos pelas pedras e pelas árvores que nos rodeiam. E a decisão de ficar é definitiva.

A herança da mãe vai-lhe permitir novos investimentos na propriedade. Ainda há muito a fazer, ainda há muitos sonhos a concretizar. Mas ali, numa varanda do Guadiana, em frente ao velho castelo de Mértola, a luz e a alma do antigo convento franciscano transformaram-se. E o espaço anima-se com as diferentes ofertas. O alojamento e pequeno-almoço, proporcionado num quarto com casa de banho, em duas antigas celas do convento, numa cabana e num dormitório colectivo que lhe permite acolher os *workshops* artísticos que todos os anos vão decorrendo. Por ali vão passando artistas de nomeada, alguns deixando as suas obras de arte como o labirinto que vislumbrei à chegada.

O sábio aproveitamento da água que os monges souberam construir ao longo dos séculos, vai sendo lentamente recuperado e está hoje transformado num museu da água, com o apoio do programa LEADER. A velha nora foi recuperada e o velho burro é hoje mecânico, uma obra do filho Christiaan. Um atractivo para o início do percurso. Depois, no piso de baixo, as paredes acolhem o trabalho de um “artista do gelo”. Os velhos canais, os lagos, retomam a sua função. Os socacos são agora preenchidos com ervas aromáticas.

No velho convento há uma varanda com vista para o Guadiana onde ela gosta de servir os seus chás. Não é desta vez que experimento, resolvo ficar-me ali, junto à nora. Olhando Geraldine entendo o fascínio pela alma e pela luz daquele lugar. Há lugares míticos onde se encontra a harmonia e a paz. Olhando Geraldine mover-se por entre os seus sonhos, admiro a sua coragem empreendedora. Hoje em dia, a alma do antigo Convento de S. Francisco, passa muito pela alma de Geraldine. E pela energia do marido que a acompanhou no sonho. E pelo entusiasmo dos filhos que a rodeiam. Para usufruto de todos nós.

Francisco Botelho

Convento de S. Francisco
7750 Mértola
www.conventomertola.com



Francisco Botelho



Down to earth. A simplified guide to the Convention to Combat Desertification, why it is necessary and what is important and different about it. (Publicação em formato digital: www.unccd.int/publicinfo/downtoearth/downtoearth-eng.pdf)
 Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, 2006

No âmbito do Ano Internacional dos Desertos e da Desertificação

Conforme diz o título, é um guia básico sobre a necessidade, importância e singularidade da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação. A comunidade internacional fez pressão para a criação de um tratado relativo ao agravamento da crise física e humanitária da desertificação no âmbito da Cimeira da Terra no Rio de Janeiro, em 1992. Depois de negociações difíceis, a Convenção de Combate à Desertificação – o primeiro acordo internacional sobre esta matéria de carácter obrigatório – foi aprovada em 1994. Abre caminhos pioneiros, assentes numa abordagem ascendente, com origem nas pessoas afectadas directamente pela crise e na troca do conceito da ajuda pelo da parceria. A publicação está dividida em duas partes: por um lado, o que está em causa e, por outro, medidas a implementar.



Rural Development Review, The Irish LEADER Support Unit Newsletter, Issue 8, Autumn 2006
 Irish LEADER Support Unit (ilsu)

O Desenvolvimento Rural em Portugal é um dos destaques da edição de Outono da *newsletter* da Célula de Animação irlandesa. Esta apresentação da responsabilidade da Rede Portuguesa LEADER+ traça a história e o contexto do desenvolvimento rural em Portugal, na perspectiva por obra do programa LEADER. Para além deste enfoque, a *newsletter* de 16 páginas tem outras rubricas e interesses, nomeadamente, um projecto LEADER inovador de promoção da cultura e do património local, um texto de análise sobre a mudança dos modelos do turismo em Irlanda rural, uma entrevista sobre o projecto de iniciativa rural para a economia social (RISE / INTERREG IIIA), um texto de opinião sobre responsabilidade e sustentabilidade, o perfil de uma organização: *Comhar*, notícias e agenda do LEADER e do desenvolvimento rural.



Desertificação e Desenvolvimento Rural - Combater a Desertificação a partir do Parlamento
 Catálogo da Exposição na Assembleia da República, 2006

Parceiros: Ano Internacional dos Desertos e Desertificação, Assembleia da República, Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, IDRHa, Comissão Europeia, LEADER+, Rede Portuguesa LEADER+, Minha Terra - Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local, Quercus - Associação Nacional de Conservação da Natureza, LPN - Liga para a Protecção da Natureza, A.I.E.C. - Associação de Industriais e Exportadores de Cortiça, fpfp – Federação dos Produtores Florestais de Portugal

Documento com ilustrações/fotografias de apoio à exposição “Desertificação e Desenvolvimento Rural”, este catálogo serve sobretudo para sensibilizar o cidadão responsável para uma causa que a todos diz respeito. A problemática é desmontada a partir de diversos tópicos. Na Abordagem Biofísica revela-se porque é que é urgente agir no plano biofísico e como é possível combater a desertificação. O destaque neste capítulo vai para uma breve apresentação de três projectos desenvolvidos respectivamente pela LPN e pela Quercus. Na Floresta apresentam-se, sumariamente, os números do sector florestal, assim como os desafios em perspectiva: associativismo florestal, certificação de gestão florestal sustentável, biomassa florestal, fundos de investimento imobiliário florestal, sequestro de carbono e zonas de intervenção florestal. Definido o Montado e a importância da sua economia, enunciam-se números sobre a dimensão social, económica e ambiental da produção de cortiça. E, em último lugar, a dimensão humana interessa-se pela desertificação humana ou despovoamento, e como o LEADER pode contribuir para a fixação das populações. Como? As palavras-chave são diversificação de actividades económicas, qualificação e cooperação e trabalho em rede.

panda.igeo.pt/pancd



O site do Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação (PANCD) abre com uma sequência de destaques e um painel rolante com notícias de agenda e projectos. Ainda na página de abertura o internauta encontrará um índice com *links* para informações, documentos e dados ligados ao PANCD e à Desertificação.

O menu superior horizontal remete para uma ferramenta de “Consulta de Mapas de Susceptibilidade à Desertificação”, para a “Metodologia” de elaboração dos índices de susceptibilidade em estudo, nomeadamente do clima à desertificação, do solo à desertificação, da vegetação à desertificação, da desertificação baseado na Tipologia de Uso do Solo, e índice síntese. Depois vêm os “Projectos de Desertificação”: com participação da Comissão do PANCD, de desertificação aprovados e financiados pela FCT, Outros projectos e Redes. O “Fórum” abre espaços de diálogo sobre o Ano Internacional, a Desertificação, a Seca, Indicação de Eventos e o próprio site do PANCD.

www.unccd.int



O site trilingue da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD) oferece no menu da esquerda portas de entrada para mundos de informações e recursos sobre a própria UNCCD, o secretariado da organização, os diversos programas de acção, os perfis regionais, os pontos focais, as sessões bianuais, os documentos oficiais (para *download*), os relatórios dos pontos focais, a agenda detalhada e informada de reuniões (nacionais, subregionais, regionais e interregionais) sobre a temática em questão, a ciência e tecnologia, os parlamentos em acção, a sociedade civil.

O site também propõe os tradicionais recursos informativos com uma selecção de notícias de imprensa, publicações descarregáveis, centro de recursos, redes e emprego. No centro da primeira página figuram os tradicionais destaques. Do lado direito, acede-se à agenda, comunicados de imprensa, grupo de trabalho ad hoc para melhorar processos de comunicação de informação assim como da qualidade e do formato dos relatórios submetidos à Conferência das Partes (COP), um fórum sobre saberes e práticas tradicionais na América Latina e Caraíbas, informações rápidas e as convenções do Rio.

www.lpn.pt



O site da Liga para a Protecção da Natureza (LPN) desenvolve um Projecto Piloto de Combate à Desertificação, que se insere no Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação. Este projecto-charneira pretende desenvolver ensaios e campos de demonstração de medidas concretas de protecção da “terra” (solo, vegetação, água e biota) adaptáveis às condições bio-edafo-climáticas do Campo Branco e fomentar junto dos agricultores da região, a prática de técnicas agrícolas de conservação do solo, através de visitas ao campo de demonstração e da cedência dos recursos humanos e materiais decorrentes da prossecução do projecto. Este projecto apresentado em 1998 ao PORA (Programa Operacional da Região Alentejo)

conta com a colaboração da Direcção Regional do Ambiente – Alentejo. Teve início no ano agrícola 2000/2001 e desenvolve-se na Herdade de Vale Gonçalves em Castro Verde.

Na página sobre o projecto piloto o internauta poderá ter acesso a vários documentos: a desertificação em Portugal, Seca: um fenómeno climático, Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água, Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação, Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, pequenos apontamentos sobre a desertificação, o dia mundial do ambiente, Desertos e Desertificação, 5 de Junho de 2006, Programa de Ambiente das Nações Unidas e contactos. Por outro lado, a LPN disponibiliza também um PDF de 15 páginas sobre o próprio projecto piloto de combate à desertificação.

Cabazes de Produtos Locais da Margem Esquerda do Guadiana

Sabores e saberes do Guadiana

Aromas do Guadiana, Talego do Pastor, Cesto Merendal, Flores da Margem, Delícias da Planície, Trigo Dourado, Paladares do Alentejo, Rota da Tradição, Terra dos Sabores. São algumas das propostas de cabazes de produtos seleccionados da Margem Esquerda do Guadiana, criados pela Rota do Guadiana. Se os nomes são sugestivos, os produtos são irresistíveis...



Uma garrafa de vinho branco *Terras do Cante*, 0,75 l, da Cooperativa Agrícola da Granja; um queijo *Vale do Guadiana Serpa DOP*, cerca de 800 gr, da Queijaria Vale do Guadiana; uma garrafa de hidromel, 0,5 l e um frasco de mel, do Monte dos Bens; um bolo de mel, dos Pastelinhos de Safara; 500 gr de nozes (produção biológica), da Horta de Torrejais; uma tábua para queijos ou enchidos da Carpintaria Rosa & Nunes; uma caneca assinada pelo ceramista António Palmira; um sabonete de mel, do Monte dos Bens, e um quebra-nozes em ferro forjado do artesão Carlos Pinto. Tudo, acondicionado num cesto de cana, produzido pela Associação para o Emprego de Deficientes do Alentejo, dá pelo nome de *Delícias da Planície*. Uma das 12 propostas de cabazes criados pela Rota do Guadiana - Associação de Desenvolvimento Integrado, exclusivamente com produtos seleccionados da Margem Esquerda do Guadiana, e cujo preço de venda ao público oscila entre os 20 e os 120 euros.

Outros cabazes, com nomes igualmente sugestivos, como *Talego do Pastor*, *Cesto Merendal*, *Flores da Margem*, *Delícias da Planície*, *Trigo Dourado*, *Paladares do Alentejo*, *Raiano*, *Rota da Tradição*, *Terra dos Sabores* e *Amor-Perfeito*, integram um variado leque de produtos de fabrico tradicional da Margem Esquerda do Guadiana. Vinho, azeite e queijo fazem parte de quase todas as combinações propostas, mas num ou outro cabaz, também marcam presença mel, hidromel, azeitonas, vinagre, nozes, bolos e bolinhos diversos.

Uma extensa lista de produtos que permitem uma gama diversificada de combinações, e que implicam já um grupo de 15 produtores da Margem Esquerda do Guadiana, inclusive os produtores/artistas responsáveis pela "embalagem" (cestos de cana ou caixas de madeira). Uma lista que poderá crescer ainda mais no futuro, estando desde já prevista a entrada de mais dois produtores, um de enchidos e outro de azeitona em conserva, adianta o coordenador da Rota do Guadiana, David Machado.

Desde 1992, altura em que foi criada, que a Rota do Guadiana vem desenvolvendo diversas acções de apoio à valorização das produções alimentares de qualidade na Margem Esquerda do Guadiana, designadamente, o apoio ao investimento na modernização e criação de pequenas unidades de transformação e a organização de acções promo-

cionais, quer através de feiras temáticas, quer de semanas gastronómicas.

Em meados do ano passado, enquadrado nos objectivos e actividades do projecto IMPROVE – no âmbito do Vector 2 do programa LEADER+ (Apoio à cooperação entre territórios rurais) –, foi possível à associação dar início ao trabalho de criação de uma oferta integrada de produtos de fabrico tradicional da Margem Esquerda do Guadiana, fruto também da vontade inicial de 10 produtores, alguns apoiados pelo programa.

Dois produtores "convencidos"

É o caso de António Palmira. Ceramista apoiado pelo programa LEADER+ na modernização do seu *atelier*, em Mourão, de onde saem as mais variadas peças de cerâmica e de azulejaria pintadas à mão. Um homem que desde menino sonhava em modelar o barro e pintar... A vida trocou-lhe as voltas, deu aulas de trabalhos manuais, foi animador cultural e funcionário da maior fábrica de papel reciclado do país durante 16 anos. Quando esta encerra as suas portas, António Palmira, à beira dos 40 anos, recuperou o sonho... Abriu o seu *atelier* há três anos e, desde então trabalho não tem faltado. "O tempo é que já é pouco", confessa, satisfeito. Chamado a participar na elaboração dos cabazes, recheando-os de variadas peças, considera a iniciativa de grande-valia para o território.

Luís Ferreira é outro dos produtores implicados na iniciativa, tendo também ele sido beneficiário do apoio do LEADER+. Ele e a mulher são proprietários de um verdadeiro oásis que dá pelo nome de Horta de Torrejais. Uma propriedade de oito ha, situada a 2,5 km de Moura, com água em abundância, onde predominam oliveiras, romãzeiras e nogueiras, e existia uma casa antiga em ruínas, que o casal transformou numa pequena mas bem sucedida casa de turismo rural.

Projecto de cooperação entre os GAL (Grupo de Acção Local) Rota do Guadiana e Pirityiset (sediada em Kaustinen, Finlândia Ocidental), o IMPROVE contempla duas vertentes: económica e educativa. Na primeira, o projecto visa o contacto transnacional de empresários de ambos os territórios com novas formas de produção, organização de processos produtivos, do trabalho e de comercialização.

A nível educacional, pretende-se abrir novas perspectivas de realização de iniciativas locais protagonizadas por jovens daqueles territórios, nas áreas do ambiente, património e produtos locais.

Além dos aspectos educacionais decorrentes de todas as actividades, o projecto prevê como metodologia a participação dos empresários e jovens em todas as fases do processo produtivo possuindo impactos no incremento de competências individuais. A elaboração conjunta de cabazes constituídos por produtos locais seleccionados, com vista à sua comercialização quer em Portugal, quer na Finlândia ou até em outros países da Europa, é um dos impactos esperados do projecto.

Após a primeira visita dos empresários portugueses à Finlândia, em Fevereiro, já existem contactos com alguns empresários finlandeses, cujos produtos poderão vir a integrar os cabazes. Neste momento, a Rota do Guadiana prepara a visita inaugural dos empresários e jovens finlandeses ao nosso país.

A primeira apresentação dos cabazes decorreu na 5ª edição da Feira do Queijo do Alentejo, realizada em Serpa, em Fevereiro. Depois, em Maio, estiveram disponíveis na 23ª Ovideja, no *stand* da Rede Portuguesa LEADER+. Segundo David Machado, as reacções foram positivas, levando a acreditar que o caminho a seguir é colocar os cabazes em algumas lojas, como o Espaço Portugal Rural, em Lisboa, apostando em épocas especiais, como o Natal.

Para já, para adquirir estas propostas de cabazes ou outras, elaboradas consoante o pedido de este ou aquele produto em particular, é necessário contactar a Rota do Guadiana. Brevemente, a associação espera que os cabazes se encontrem também disponíveis na sua página na Internet. Seja de uma forma ou de outra, a mensagem da iniciativa é clara: ao degustar cada um dos produtos, estará a apoiar a economia local e a valorizar a identidade e a cultura de um território – a Margem Esquerda do Guadiana.

Paula Matos dos Santos

Cabazes de Produtos Locais da Margem Esquerda do Guadiana
Rota do Guadiana
R. da Capelinha, n.º 7
7830-405 Serpa
Telf.: 284 540220
E-mail: rota@rotaguadiana.org
<http://www.rotaguadiana.org>

Ficha Técnica

Pessoas e Lugares

Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+

II Série | N.º 39 - 2006

Propriedade

INDE - Intercooperação e Desenvolvimento, CRL

Redacção

INDE
Av. Frei Miguel Contreiras, 54 - 3º
1700-213 Lisboa
Tel.: 21 843 58 70
Fax: 21 843 58 71
E-mail: pl@inde.pt

Mensário

Directora

Cristina Cavaco

Conselho Editorial

Cristina Cavaco/INDE, Francisco Botelho/INDE, José António Sousa Canha/IDRHa, Luís Chaves/Minha Terra, Maria do Rosário Serafim/IDRHa, Rui Veríssimo Batista/IDRHa

Redacção

Francisco Botelho, João Limão, Maria do Rosário Aranha, Paula Matos dos Santos

Colaboraram neste número

Add, Adeliçor, Adiber, Adrat, Amílcar Soares (IST), Ana Mafalda Tello (Centro Regional de Informação da ONU para a Europa Ocidental), António Realinho (Adraces), Rude

Paginação

Diogo Lencastre (INDE), Marta Gafanha (INDE)

Impressão

Diário do Minho
Rua de Santa Margarida, n.º 4
4710-306 Braga

Impresso em Outubro de 2006

Tiragem

6.000 exemplares

Depósito Legal

n.º 142 507/99

Registo ICS

n.º 123 607

Os artigos assinados exprimem a opinião dos seus autores e não necessariamente a do proprietário e Conselho Editorial deste jornal.



Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

